

ECOLINGUÍSTICA

Hildo Honório do Couto
Universidade de Brasília

1. Introdução

Começamos pela definição de *ecolinguística*, sugerida pela primeira vez por Einar Haugen, seguindo as definições de ecologia, como "o estudo das interações entre língua e seu meio ambiente". O autor da definição afirmou ainda que "o meio ambiente de uma língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos" (Haugen 1972: 325). Ao longo dos anos, a ecolinguística tem recebido também, em suas diversas variedades, os nomes de linguística ecológica, ecologia linguística, ecologia da língua e ecologia das línguas, conforme a orientação específica do seu praticante. Haugen não usou a expressão "ecolinguística", mas sim "ecology of language" e "language ecology". O que importa, no entanto, é que aí temos uma primeira conceituação dessa nova disciplina. Eu voltarei a elas na seção 4.

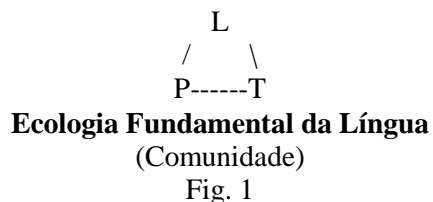
O texto de Haugen é do início da década de 70, e ele salienta que "o único uso anterior de 'ecologia' em relação a línguas [...] é o que foi feito pelos Voegelins e Noel W. Schutz Jr., em um texto intitulado 'The language situation in Arizona as part of the Southwest culture area'", de 1967 (Haugen 1972: 327). Haugen acrescenta que, a despeito do fato de se falar em "ecologia humana" desde a década de 20 do século passado, "chega a ser espantoso notar que os estudiosos dessa área não tenham considerado a língua como parte desse meio ambiente [dessa ecologia]" (p. 328). Em Haugen (1979), o autor tenta aplicar os princípios da nascente disciplina ao estudo do faroês (ou feroês), falado em uma ilha isolada, situada entre a Islândia e a costa da Noruega, acima das ilhas Shetland da Escócia.

Depois das reflexões pioneiras de Einar Haugen, apareceram outros interessados em ecolinguística. Ainda na década de 70, o sociolinguista canadense William Mackey dedicou dois estudos ao assunto. O primeiro (Mackey 1979) tratou da questão do *contato de línguas*, um dos objetos mais frequentemente mencionados pelos ecolinguistas. Embora salientando que os conceitos das ciências físicas e da biologia não são idênticos aos da linguística, o autor demonstrou que questões sociolinguísticas como bilingüismo e multilingüismo podem ser tratadas de modo bastante adequado no contexto da ecologia do contato de línguas. Em Mackey (1980), o autor tratou da ecologia da *mudança linguística*. Uma vez que a mudança resulta do contato de línguas, no fundo o motivo para a abordagem ecológica aqui é o mesmo. Como no texto anterior, salientou que a língua não é um organismo nem uma coisa, pois, como veremos nas seções subsequentes, a ecologia está interessada mais nas interrelações entre seres do que nos próprios seres encarados de modo reificado.

Ainda na década de 70, outros estudiosos falaram em ecologia no estudo de fenômenos linguísticos. Entre eles, poderíamos citar Makkai (1976). Na crioulistica, Whinnom (1971) já sugerira o uso do arcabouço da biologia para explicar a formação dos pidgins e crioulos, embora não tenha falado em ecologia. O conceito biológico que ele usou foi o de hibridização. Na segunda metade da década de 90, diversos outros crioulistas e não-crioulistas passaram a falar em ecologia no estudo de fenômenos linguísticos. Entre os não-crioulistas temos Makkai (1993) e Fill (1993). O primeiro chega a falar em um novo paradigma científico. Entre os crioulistas, podemos citar Mufwene (1996), Mühlhäusler (1995, 1996) e Calvet (1998, 1999). Enfim, no ano 2000, já se pode notar um número relativamente elevado de linguistas falando em ecolinguística, ecologia das línguas e assuntos correlatos. Algumas idéias desses autores serão retomadas mais abaixo, sobretudo nas seções 4, 5 e 7.

Gostaria de acrescentar que a linguística oficial não vê com bons olhos essas tentativas de aplicação de princípios da biologia à língua. Mas, mesmo assim, o movimento ecolinguístico continua crescendo, embora freqüentemente os estudiosos não conheçam os trabalhos uns dos outros (ou os ignorem propositalmente). Parece até que o modismo ecológico existente na sociedade (ONGs, Green Peace, etc.) contagiou os estudiosos das ciências humanas. Mas, não foi por modismo que eu acabei me interessando pelo assunto. O motivo foi que descobri que vinha praticando ecolinguística inconscientemente há muitos anos, como consequência da preocupação com uma visão abrangente do mundo, aí incluídos os seres

vivos e seu ecossistema. Essa preocupação culminou com a proposta do que passei a chamar, desde 1999, de Ecologia Fundamental da Língua (EFL), antecipada na figura 1 logo a seguir e discutida na seção 10.



Embora esse modelo seja discutido detalhadamente na referida seção, no momento basta dizer que ele se chama também Comunidade. A EFL diz simplesmente que comunidade é o ecossistema em que a língua está inserida. O esquema sintetiza o fato de que para que exista língua ou linguagem (L), é necessário que haja um grupo de pessoas ou população (P) que a forme e use. Essa população, por fim, só existe como tal se consta de um conjunto de indivíduos convivendo em determinado território (T).

2. Ecologia

Como vamos tratar de questões lingüísticas de uma perspectiva ecológica, comecemos pelo próprio conceito de ecologia. Ele foi proposto por Ernst Haeckel (1834-1919), em sua obra *Generelle Morphologie der Organismen*, em 1866. A definição mais comum afirma que *ecologia*, é a parte da biologia que estuda as inter-relações dos seres vivos entre si e entre eles e seu meio ambiente, tanto o orgânico quanto o inorgânico. É a disciplina que estuda as interrelações dinâmicas dos componentes bióticos e abióticos do meio ambiente. Como essas interrelações incluem o comportamento dos organismos (Wilson 1980), de certa forma o conceito de ecologia abrange muito do que se estuda em ciências psicológicas e sociológicas. Algo parecido vinha sendo estudado desde pelo menos 1935 por Konrad Lorenz sob o conceito de *etologia*, estudo do comportamento animal (Eibl-Eibesfeldt & Wickler 1968). Mais recentemente, especialistas em ciências da linguagem propuseram o conceito de *zoo-semiótica* para estudar aproximadamente o mesmo objeto (Sebeok 1973). Em suma, a linguagem animal está inserida no âmbito de interesse dos ecólogos, no que se incluíam até mesmo sinais naturais (Nöth 1998). Não é de se espantar, portanto, que se inclua a linguagem humana nesse domínio, a despeito das tentativas desesperadas de alguns lingüistas de mostrar que a linguagem animal nada tem a ver com a humana (cf. Bickerton 1981, 1990).

A unidade básica e fundamental dos estudos ecológicos é o *ecossistema*. Ele inclui os seres vivos e o meio ambiente em que vivem bem como as interações entre eles. A Ecologia Fundamental da Língua (= comunidade) da figura 1 é o ecossistema imediato da língua, de modo que o nome mais adequado para ela seria Ecossistema Fundamental da Língua. De qualquer forma, essa sutileza terminológica não afeta a argumentação, cuja sigla permanece EFL. Os vegetais, microorganismos e animais que vivem em determinada região constituem uma *comunidade biológica*, também chamada de *biocenose* ou *biota*. Em cada comunidade, os organismos estão ligados entre si por uma complexa rede de relações. Enfim, ecossistema é um sistema integrado e autofuncionante que consiste em interações de elementos bióticos e abióticos. Ele varia muito de tamanho, podendo ir deste o ecossistema do universo, passando pelo da terra até o de um tanque ou menos ainda. Enfim, o ecossistema é definido pelo pesquisador.

Como se viu, comunidade biológica (biocenose, biota) não é o equivalente imediato de comunidade como definida na EFL, uma vez que inclui todas as espécies, mas apenas as espécies, que vivem em determinada região. Nós só podemos encontrar algo que se assemelha a comunidade nesse sentido na colônia e na sociedade biológica. Mesmo assim, a semelhança é apenas parcial pois, como vimos, o equivalente de comunidade é ecossistema. *Colônia* é a associação de indivíduos de mesma espécie, só que unidos de tal modo que praticamente não se distingue um dos outros, funcionando quase como um organismo único. Seria, portanto, uma espécie de *superorganismo*, portanto, algo natural ou, talvez, os grupos que se reúnem por contingências naturais (físicas e químicas). Quanto a *sociedade*, é um grupo de

organismos de mesma espécie que apresentam algum grau de cooperação. Portanto, sociedade equivaleria a P e L juntos.

O equivalente de P é a *população biológica*, que é um grupo de indivíduos da mesma espécie que convivem em determinada área geográfica. O equivalente ecológico de território (T) é o de habitat. *Habitat* é o lugar em que uma espécie animal ou uma espécie vegetal vive *habitualmente*. O lugar ocupado por uma biocenose inteira é o *biótopo*. Próximo ao conceito de habitat, temos o de *nicho ecológico*, ou simplesmente *nicho*. Trata-se do modo de vida ou o papel de uma espécie em um ecossistema. Poder-se-ia dizer que o hábitat é o "endereço" do organismo, e o nicho ecológico sua "profissão". O nicho ecológico de um organismo depende não só de onde vive, mas também do que faz (como transforma energia, como se comporta e reage ao meio físico e biótico, e como o transforma) e de como é coagido por outras espécies (Odum 1963). Ele é o lugar de uma espécie na comunidade, em relação às outras espécies, o papel que desempenha um organismo no funcionamento de um sistema natural. Aparentemente, esse conceito não tem um equivalente imediato na EFL.

Qual seria o equivalente de L na ecologia? Mufwene (2001) a equipara impropriamente a espécie, embora esteja certo ao condenar os estudiosos que desde o século XIX vêm equiparando língua a organismo. Na verdade, o equivalente mais próximo dela em um ecossistema são os tipos de relação que os organismos que constituem seu componente biótico mantêm entre si bem como os comportamentos desses organismos, por estarem em simbiose. Portanto, L é o como os organismos interagem entre si, fato que, no caso dos animais, foi detalhadamente estudado por Wilson (1980), embora sem se preocupar com o papel do meio ambiente no processo. Ele só se ocupou das bases biológicas do comportamento. No caso, interessam mais as *relações intra-específicas*. Entre elas, as que se dão nas colônias e nas sociedades são *harmônicas*. Mas, as relações intra-específicas *desarmônicas* também interessam. Afinal, freqüentemente há atritos entre membros de P. Quanto a *simbiose*, já usado pelo crioulista Samarin (1988: 160-161), indica a associação íntima, mesmo obrigatória, entre duas espécies, o que implica uma coevolução. No que tange à simbiose harmônica intraespecífica, o equivalente lingüístico mais próximo parece ser a comunhão, como definida em Couto (2002: 15-17). Quanto à interespecífica, equiparar-se-ia às relações entre línguas em regiões fronteiriças, por exemplo. No caso da criança, a aprendizagem de sua L1 se dá devido à estrita simbiose em que ela vive com os que a cercam. A formação de uma língua crioula consiste no forjar-se de uma simbiose entre seres de ecossistemas diferentes, com o objetivo de se formar um novo ecossistema, uma espécie de comunidade clímax, adaptada a novas condições sócio-ambientais.

Por falar em *relações interespecíficas*, elas se referem a relações entre espécies diferentes. Elas seriam relevantes para a interpretação do contato de línguas e de dialetos e seus resultados, tais como a crioulação, a pidginização, a coineização e outras (cf. Couto 1996). Outras possíveis aplicações dessas relações, tanto as *harmônicas* quanto as *desarmônicas*, seriam a comunicação do ser humano com os animais irracionais, como a comunicação homem-animal (cf. Couto 1995). Uma outra possibilidade seria a comunicação de humanos com extra-terrestres, se é que isso é possível. De qualquer forma, não devemos descartá-la de antemão, sobretudo como possibilidade para o futuro.

É importante ressaltar que a ecologia se interessa também pela *evolução dos ecossistemas*, sua formação e transformação, tanto por causas internas quanto por causas externas. Aí está a importância de uma abordagem ecológica à língua. Como sabemos, a mudança lingüística pode ser causada pelas duas. Ademais ela resulta tanto de contatos interespecíficos, como o que se dá entre línguas diferentes, quanto de contatos intraespecíficos, como o que se dá entre dialetos e idioletos, bem como da deriva natural das línguas. Além disso, pode haver causas intra-organísmicas também, ou seja, causas estruturais.

Como o que interessa aqui é a interação, no caso a interação lingüística, de uma perspectiva ecológico-interacional pode-se dizer que ela se dá tanto no interior de um organismo quanto entre dois organismos. Como exemplo do segundo caso, poderíamos citar a interação que se dá entre as bactérias no interior de um organismo. Todas as que têm seu habitat na terra têm a capacidade de agir em concerto, ou seja, como uma comunidade. A interação entre elas é exclusivamente química, mediante feromônios, canal de interação que precede todos os demais na história da evolução e está presente em todos os organismos (Sebeok 2002). Na língua, as causas internas para a mudança seriam os contatos dos idioletos,

ou seja, resultariam de atos concretos de interação comunicativa diferenciados feitos pelos diversos indivíduos que compõem a população.

Como deve ter ficado claro, quase todos os conceitos ecológicos têm um equivalente nas ciências da linguagem e da comunicação. Não vou salientá-los todos, uma vez que são óbvios. De qualquer forma, a visão ecológica contém todos os ingredientes do que se vem praticando em lingüística. Só que ela vai além, incluindo uma visão holística e histórico-evolutiva. Por isso ela é importante para uma abordagem dos processos de formação/transformação das comunidades e línguas crioulas e pidgins bem como da aquisição da língua pela criança. No último caso, como acabamos de ver, poder-se-ia dizer que a aquisição de L1 consistiria em uma integração gradual ao ecossistema (tanto o habitat quanto o nicho) em que a criança vive, como se pode ver em Bakhtin (1981).

Retomemos a figura 1 supra. Ela não recebeu o nome de Ecologia Fundamental de Língua gratuitamente. Na verdade, ela mostra o ecossistema básico da língua, em suas relações mais amplas. Tudo na língua depende das interrelações entre P, T e L. Como vimos, T equivale ao habitat; P, ao próprio conceito de população da ecologia que forma uma sociedade; L, ao modo de interação entre os membros da população. Por outras palavras, no contexto da EFL, a língua (L) se insere em um todo, cujas demais partes são o meio ambiente físico ou biótopo (T) e a população (P). Como sugere Mühlhäusler (1995), e como sugerira Sapir muito antes dele, muita coisa na língua tem a ver diretamente com a espacialidade, com o meio ambiente físico. Sem meio ambiente físico (território) não haveria população, e sem população não haveria língua.

Eu estou convicto de que a ecologia serve de pano de fundo para a teoria lingüística muito mais do que oferecendo termos a serem usados metaforicamente, como parece sugerirem alguns autores. Na verdade, a visão holística, dinâmica e interacionista nela contida faz com que o lingüista não pense que a língua é só o pequeno sistema abstrato que ele estuda. Pelo contrário, ela é multifacetada e não estanque, ou seja, está relacionada com diversos componentes bióticos e abióticos do ecossistema, como se vê na EFL. Para mais detalhes sobre a abordagem ecológica à linguagem, pode-se consultar Haugen (1972, 1979), Mackey (1979, 1980), Fill (1993) e Bastardas i Boada (1996) bem como os outros autores citados na bibliografia. Enfim, hoje em dia a lingüística ecológica já é uma realidade, a despeito de o *status quo* lingüístico torcer o nariz para ela.

Culminando toda a teoria da ecologia, temos a chamada Hipótese de Gaia ou Teoria de Gaia, cujo nome foi tirado do de uma antiga deusa, a mãe Terra (em português seria melhor "Géia" ou "Gê"). Formulada por James Lovelock, mais tarde seguido por Lynn Margulis, ela afirma que a terra e seu envoltório constitui um organismo vivo. Os seres vivos e o material inorgânico seriam parte desse superorganismo. A terra seria um meio ambiente auto-regulável, homeostático, um superorganismo que regularia as condições físicas de molde a manter o meio ambiente favorável à evolução da vida. Nesse caso, Gaia resultaria de processos cooperativos, não competitivos. Ela seria uma entidade complexa, que compreende a biosfera, a atmosfera, os oceanos, o solo, as rochas. Seria como um sistema cibernético auto-regulável, que levaria a um ambiente físico e químico otimizado para a vida (Lovelock 1979, Margulis & Sagan 1997).

Embora tenha sido alvo de muitas críticas, a Teoria de Gaia não deixa de ter sentido. Basta pensar nos processos estudados pela ecologia biológica, sobretudo os de formação dos vegetais, a fotossíntese, a cadeia alimentar, o ciclo das águas. É como se a parte rochosa da terra fôsse os ossos, a parte orgânica os músculos e as águas o sangue desse superorganismo.

3. Alguns precursores da ecolingüística

Não é a primeira vez que se usa uma ciência da natureza como modelo para as ciências sociais. Ainda no século dezoito, houve manifestações de uso da biologia como modelo para uma delas, no caso a economia. Trata-se do modelo conhecido como *fisiocracia*, criado por François Quesnay (1694-1774). Esse modelo considerava o fluxo produção-distribuição-consumo como um processo auto-regulador e auto-perpetuador, semelhante à circulação do sangue no organismo animal. A ciência econômica era uma espécie de biologia ou fisiologia da sociedade econômica. Não é para menos que se considerava a

produção agrícola, ligada à terra, como base de toda a economia. A proposta de Adam Smith (1723-1793) também tomou uma ciência da natureza como modelo, no caso a física (Heimann 1971).

No contexto da chamada gramática histórico-comparativa houve diversas vertentes que usaram modelos naturalistas. Uma das mais conspícuas é a teoria biológica de August Schleicher (1821-1868), que criou um modelo de análise lingüística tendo por base a botânica, equiparando a língua a um organismo, ampliando sugestões de seu antecessor e fundador da metodologia, Franz Bopp (1791-1867). Schleicher é mais conhecido pela hipótese da árvore genealógica (Stammbaumtheorie) para a história das línguas, o que lembra a cladística atual, mas uma de suas grandes contribuições para a lingüística como ciência é uma tipologia morfológica das línguas, também parte do modelo biológico-evolutivo. Para ele, as línguas nascem, crescem e morrem, como as plantas. Ao nascer, elas são isolantes (como o chinês); no período de crescimento, são aglutinantes (como o turco); quando atingem a maturidade, são flexionais (como o sânscrito, o grego e o latim). Schleicher chega a afirmar que o período isolante se compara ao mineral, o aglutinante ao vegetal e o flexional ao organismo animal (Schleicher 1848, Amirova et al. 1980).

A despeito das críticas de que foi alvo, a tipologia das línguas em isolantes, aglutinantes e flexionais é uma das mais interessantes propostas que a lingüística pré-estruturalista nos legou. Mas, a proposta de Schleicher pode ser considerada ecológica por diversos outros motivos. Ele não estudou apenas as relações internas do "organismo" língua. Pelo contrário, levou em consideração também as relações das línguas entre si, embora isso tenha sido mais desenvolvido por seu discípulo e opositor Johannes Schmidt (1843-1901).

Schmidt é autor da famosa teoria das ondas (Wellentheorie), que assevera que os traços inovadores se propagam em forma de ondas concêntricas. As línguas não teriam fronteiras claramente delimitadas, assim como não as há entre os diversos ecossistemas, cujos limites são definidos pelo investigador. Em suma, sua teoria seria mais espacial ou areal do que ecológica propriamente dita, como a neolingüística que viria depois, e se aproximaria mais do habitat da ecologia. De qualquer forma, trata-se de mais um argumento em prol da abordagem ecológica aos fenômenos lingüísticos.

A vertente da gramática histórico-comparativa, conhecida como escola dos neogramáticos, não enfatiza a idéia de língua como um organismo mas, mesmo assim, tem muito em comum com a perspectiva ecológica. Influenciada pelo positivismo e pela psicologia individual, passou a ressaltar as chamadas leis fonéticas que atuavam na evolução das línguas. Essas leis agiriam como leis da natureza. Daí, o foco de interesse dos neogramáticos ser a fisiologia do som. Foram grandes incentivadores da fonética.

O movimento iniciado no final do século XIX que mais se aproxima do que hoje se chama de ecolingüística é o da geografia lingüística, cujo principal vulto é Jules Gilliéron (1854-1926). O usarem seus seguidores metáforas geológicas (como estratigrafia e outros) e geográficas (mapas, atlas, isoglossa, etc.) já os aproximaria da visão ecológica. Mas, muito mais importante do que isso é o fato de estudarem a língua no ecossistema em que ela está inserida. Há uma preocupação com sua distribuição geográfica e, sobretudo, com as variedades minoritárias, como os dialetos. Um dos motivos que levaram ao surgimento da geografia lingüística foi justamente a preservação dos dialetos regionais. Além disso, a palavra é vista como um ser vivo que tem o seu nicho, dentro do qual tem que lutar pela sobrevivência devido ao embate com outras palavras. Tanto que ela pode "adoecer" e até morrer. Como afirmam os historiadores da lingüística, a geografia lingüística é uma "espécie de estudo biológico da linguagem" (Leroy 1974: 63).

Ligada ao movimento da geografia lingüística está a revista *Wörter und Sachen* (Palavras e coisas), de que participou o iniciador da criolística Hugo Schuchardt. Como o próprio nome já dá a entender, seus organizadores se preocupavam não apenas com as palavras, mas também com as coisas designadas por elas. Tanto que foi nessa época que surgiu a *onomasiologia*, cujo objetivo era justamente investigar o conjunto de nomes que se referiam a determinado objeto. Partiam, portanto, da coisa na direção da palavra, não o contrário. Isso implica que não reificavam a língua, não a considerando isoladamente de seu meio ambiente, mais uma vez exatamente como fazem os ecolingüistas atuais.

Entre os precursores devemos destacar o texto clássico de Edward Sapir (1963) "Language and environment", disponível em português a partir de 1969. Ele divide o *ambiente* em *físico* e *social*. No primeiro, temos "os aspectos geográficos, ou seja, a topografia (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana,

..., a fauna, a flora, e os recursos minerais do solo". Ao ambiente social, pertencem "a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte". Acrescenta que "o ambiente físico só se reflete na língua na medida em que atuaram sobre ele as forças sociais" (Sapir 1969: 44-45).

Sapir salienta que a língua pode, em princípio, sofrer influências do ambiente "quanto a seu assunto ou conteúdo, isto é, o léxico; talvez não quanto ao sistema fonético" nem "quanto à forma gramatical", que compreenderia a morfologia e a sintaxe. No que concerne ao primeiro tipo de influência, afirma que "o léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes". Tanto que, "se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado". Cita o caso da tribo costeira nutka, com seu rico vocabulário marinho; dos paiúte dos planaltos desertos, com minuciosas designações topográficas. Mas sempre ressalta que a mera presença de um fenômeno do ambiente não faz surgir um termo para designá-lo. Isso só acontece se os membros da comunidade têm algum interesse nele, o que corrobora a idéia de que qualquer influência do ambiente físico é filtrada pelo social. Não sendo esse o caso, o que pode haver são termos genéricos, como se pode ver no caso da fauna e da flora (Sapir 1969: 45-47).

De certa forma, do léxico se pode inferir até mesmo um pouco da história de uma língua e de sua cultura. Se os termos forem transparentes, elas devem ser recentes no território em questão. Se são opacos, deduz-se que se trata de uma longa história. Como exemplo, eu aduziria nomes como Belo Horizonte, Caldas Novas, Montes Claros, no Brasil, e Lisboa, Évora e Faro, em Portugal. Ainda do léxico do português brasileiro, pode-se deduzir que houve uma grande influência indígena e africana. A primeira mais na fauna e na flora; a segunda no linguajar cotidiano. Isso tem a ver diretamente com o modo como cada um desses contingentes atuaram na história dessa língua.

Sapir não admite a possibilidade de influência do meio ambiente na fonética das línguas, ilustrando sua tese com inúmeros exemplos. No que concerne à morfologia, no entanto, as coisas são mais complexas, uma vez que ela tem a ver com o acervo de conceitos da comunidade, sobretudo via formação de palavras, eu acrescentaria. Como se sabe, "tal acervo de conceitos é necessariamente determinado pelo ambiente físico e social" (Sapir 1969: 54). O autor apresenta uma série de contra-argumentos contra a idéia de uma influência direta da natureza na língua, mostrando que processos semelhantes ocorrem em línguas espacialmente distantes e que processos diferentes ocorrem em línguas adjacentes. De qualquer forma, mostra que "em kwakiutl e em nutka há sufixos locativos para definir as atividades que se efetuam na praia, entre as rochas e no mar" (p. 57).

Na sintaxe, nada haveria que poderia ter tido algo a ver com o meio ambiente. Como o exemplo morfológico mostrado no parágrafo anterior, sua relação com o ambiente se dá pelo conteúdo, não pela forma. Isso significaria, ao fim e ao cabo, que é apenas o léxico que tem a ver com o meio ambiente (p. 58). No entanto, Sapir ressalta que na língua dos povos "primitivos", ou seja, nos primeiros momentos da história da língua, a relação com o meio ambiente pode ter sido bem mais estreita do que a que existe depois que ela passou por uma série de vicissitudes históricas. Com isso ele quer dizer que, no estágio "primitivo", até mesmo o sistema gramatical da língua pode ter algo a ver com aspectos da cultura e talvez da natureza.

O já mencionado crioulista Keith Whinnom compara o surgimento dos pidgins e crioulos com o de espécies vivas. Ele argumenta que a hibridização primária equivaleria ao desenvolvimento normal das línguas, de acordo com a árvore genealógica de Schleicher. A hibridização secundária, ou hibridização propriamente dita, equivaleria à junção de duas espécies para dar lugar a uma nova espécie. Transposto para a nossa área, nota-se que, contrariamente ao que seria de se esperar, do encontro de apenas duas línguas o que acontece é a apredizagem de uma delas, com diversos graus de sucesso, resultando em uma interlíngua. O processo de surgimento de um pidgin se assemelharia à hibridização terciária. Isso ocorre quando o pidgin passa a ser usado por pessoas que não conhecem a língua alvo, ou seja, a língua dominante ou lexicadora. Nesse caso, a nova espécie seria uma língua franca para seus usuários (Whinnom 1971).

Dos dois precursores mais recentes da ecolinguística, ou seja, Einar Haugen e William Mackey, eu já falei brevemente na seção 1. Mas, mesmo em anos e séculos anteriores pode-se respigar um ou outro

movimento que antecipara idéias ecolingüísticas. Eu poderia continuar alinhando movimentos, como o positivismo de Auguste Comte, que considerava a sociologia uma física social. A mais recente sociobiologia, "estudo sistemático das bases biológicas do comportamento social", a despeito de poder levar a distorções como as idéias fascistas, tem uma certa dose de verdade (Wilson 1980: 4). Vejamos mais três importantes correntes de pensamento que de certo modo anteciparam as principais idéias da ecolingüística.

Uma delas é a que foi desenvolvida por Wilhelm von Humboldt (1767-1835), cujas idéias já haviam sido antecipadas por Johann Gottfried Herder (1744-1803). É bem verdade que Humboldt enfatizara o papel da linguagem na moldagem de nossa visão de mundo, portanto, só indiretamente sua concepção tem a ver com o que interessa à ecolingüística, pois, se o ambiente social determina nossa maneira de perceber o mundo é por que de certa forma esse ambiente social tem também a ver com o meio ambiente em que foi formado.

Uma outra corrente, que defende idéia semelhante à de Humboldt, é a da chamada hipótese Sapir-Whorf. Alguns vêem seus pródromos em Franz Boas, mas quem a propôs no formato quase definitivo foi Edward Sapir (1884-1941). Surgida no ambiente da etnolingüística norte-americana, essa hipótese enuncia que "a língua socialmente formada influencia, por sua vez, a maneira como a sociedade concebe a realidade" (Schaff 1974: 100). Como já vimos em outro lugar, ao falar especificamente de Sapir, essa concepção implica de certa forma uma influência do meio ambiente na linguagem, mesmo que a influência do meio ambiente físico seja filtrada pela do meio ambiente social. Para um estudo crítico detalhado sobre essa hipótese, pode-se consultar Schaff (1974: 89-141).

A terceira corrente que eu gostaria de mencionar é a da chamada teoria do reflexo, que remonta às idéias de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), passando por Vladimir Ilich Lenin (1870-1924). Essa teoria é a que mais se aproxima das teses da ecolingüística e da ecologia em geral. Ela foi objeto de intensos debates no movimento marxista, como se pode ver em Tosel (1982). De acordo com o filósofo polonês Adam Schaff, a idéia em si é tão antiga quanto a definição clássica da verdade. Ele acrescenta que o próprio Aristóteles já havia dito na *Metafísica* que "um homem é verdadeiramente pálido, não porque pensemos assim, mas pelo contrário - o nosso juízo a seu respeito é verdadeiro porque ele é realmente pálido" (*apud* Schaff 1974: 222). Ainda de acordo com esse filósofo, "o conhecimento é, por certo, um reflexo, mas um reflexo subjectivamente colorido" (p. 238), afinal, "a linguagem se forja na prática humana social", com o que "os homens falam segundo o que lhes sugere a vida, a prática" (p. 241). O fato é que "o reflexo da realidade objectiva e a 'criação' subjectiva da sua imagem no processo do conhecimento não se excluem, mas completam-se, constituindo um todo" (p. 245).

O que tudo o que foi dito quer dizer é que efetivamente o conhecimento reflete o meio ambiente, só que é preciso matizar essa asserção. Na verdade, a linguagem e o pensamento são um reflexo subjetivo da realidade objetiva, o que quer dizer que, ao fim e ao cabo, são reflexo da realidade, do meio ambiente. Não um reflexo mecânico, como o do espelho, mas matizado pela prática social, como já dizia Sapir. Para mais detalhes sobre essa teoria, bem como sobre suas conseqüências para uma teoria da linguagem, pode-se consultar Schaff (1974: 221-245), além dos comentários puramente filosóficos de Tosel (1982). Deixando de lado o desprestígio das idéias marxistas nos dias atuais, a teoria do reflexo expõe, independentemente, o essencial da concepção ecolingüística de que a linguagem é influenciada pelo meio ambiente. O que separa claramente a teoria do reflexo do ideário da ecolingüística é o antropocentrismo da filosofia em que se insere. A ecolingüística, por ser embasada na ecologia biológica, prefere o biocentrismo.

Enfim, Fill (1993: 1-4) alinha outros estudiosos de questões ecolingüísticas, além do pioneiro Einer Haugen. O primeiro é Bolinger (1980), cujo último capítulo se intitula "An ecology of language", que relaciona a poluição da água e do ar com a "poluição" da língua; Harald Haarman (1980), que tem mais de uma obra dedicada ao assunto, fala em variáveis ecolingüísticas, ou seja, demográfica, social, política, cultural, psíquica, interacional e lingüística; Denison (1982), que põe em paralelo espécies animais e vegetais, de um lado, e línguas em perigo de extinção, de outro; Trampe (1990), que parte de um sistema língua-mundo, salientando as íntimas interrelações existentes entre ação lingüística e ofensa e degradação do meio ambiente natural. Fill acrescenta que o termo "ecolingüística" foi usado por Hagège em 1985

para uma ciência ainda inexistente. O fato é que essa disciplina já é uma realidade irreversível em nossa época.

4. Objeto da ecolinguística

Já vimos na seção 1 que Einar Haugen afirmou que o objeto do que chamou de ecologia da língua (ecology of language, language ecology) é "o estudo das interações entre língua e seu meio ambiente", acrescentando que "o meio ambiente de uma língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos" (Haugen 1972: 325). Essa restrição do meio ambiente da língua ao meio ambiente social não é mais seguida. O objeto maior da ecolinguística são, efetivamente, as relações entre língua e seu meio ambiente. Só que o meio ambiente da língua compreende tanto o meio ambiente social quanto o meio ambiente natural. O meio ambiente social se subdivide em social propriamente dito e psíquico, cognitivo ou mental. O meio ambiente natural compreende o território, a fauna, a flora, o ar e muito mais. Como se vê, o objeto da ecolinguística é bastante complexo, motivo pelo qual se tem usado diversos rótulos para designar os estudos ecolinguísticos.

Atualmente, além de ecolinguística, fala-se também em linguística ecológica, ecologia linguística, ecologia da língua e (e) ecologia das línguas. Essa diversidade de designações aponta para a complexidade do que se pode estudar sob a rubrica "ecolinguística". De um modo geral, *ecolinguística* é um termo genérico para designar qualquer estudo da língua que tenha a ver com ecologia, ou seja, que relaciona língua e meio ambiente. A Ecologia Fundamental da Língua estaria nesse caso. Os demais termos designariam direções específicas que cada estudo tomaria, embora isso nem sempre seja obedecido pelos que se dedicam a esse tipo de estudos.

Linguística ecológica seria "uma linguística que aplicaria conceitos princípios tomados de empréstimo à ecologia à língua, como ecossistema". A *ecologia da(s) língua(s)* seria "a investigação das interrelações existentes entre línguas, com ênfase na manutenção da linguodiversidade". *Ecologia linguística* seria "o estudo das relações entre língua e questões 'ecológicas' como diversidade, problemas ambientais" (Fill 1996: X). Para Fill (1993: 31), ela "indaga sobre as relações mútuas entre as diversas línguas no indivíduo e nas comunidades de indivíduos". Por isso, fala em ecologia das línguas *psicológica* e ecologia das línguas *sociolinguística*. O objetivo da primeira seria basicamente o multilingüismo no indivíduo. A segunda trataria das relações harmônicas e desarmônicas entre as línguas no interior de uma comunidade multilíngüe. Isso incluiria a defesa de línguas minoritárias, o estudo do papel das majoritárias, como o inglês, e a relação entre língua padrão e dialeto (p. 12-29). Um outro exemplo seria o contato das línguas em geral ou o caso de línguas em contato, como o que se dá nas situações fronteiriças. A pidginização e a crioulização se inserem claramente nesse âmbito. O que se tem praticado sob os nomes de *política linguística* e *planejamento linguístico* também pertenceria ao ramo da ecologia das línguas, como é o caso da obra de Bastardas i Boada (1996, 2002). Quanto a Skutnabb-Kangas (2001), tem se dedicado mais à questão dos *direitos linguísticos*. Devo observar, no entanto, que muitos ecolinguistas não seguem essa classificação à risca. O mais comum é o usarem-nas indistintamente.

É claro que essa divisão ainda é tateante. Por exemplo, parece haver sentido em se distinguir "ecologia da língua" de "ecologia das línguas". O bom-senso parece nos dizer que a primeira trataria das relações entre a língua e seu meio-ambiente, enquanto que a segunda deveria dedicar-se ao estudo das relações harmônicas e desarmônicas entre as diversas línguas de uma sociedade (no sentido ecológico do termo). Só o tempo depurará essa terminologia, expurgando ou incluindo novos termos. Por exemplo, a estrutura interna da língua seria algo que lembraria um organismo, que em si é um micro-ecossistema. Talvez isso leve a uma distinção entre ecologia da língua externa e interna.

O linguista francês Louis-Jean Calvet usa indistintamente os termos "écolinguistique", "écologie linguistique" e "écologie des langues", embora o que ele faz se aproxime mais da ecologia das línguas como recém-definida (Calvet 1999). O próprio Haugen, como acabamos de ver, também fala às vezes de "language ecology", às vezes de "ecology of language". O seguidor imediato de Haugen, William Mackey, por seu turno, acentua o próprio conceito de ecologia. No primeiro texto (Mackey 1979), ele trata da "ecologia do contato de línguas", no segundo (Mackey 1980), ele se dedica à "ecologia da

mudança lingüística", portanto à ecologia das línguas. Enfim, o objeto da ecolingüística ainda não está muito bem definido.

Alwin Fill oferece a seguinte definição: "Ecolingüística é o ramo dos estudos lingüísticos que se ocupa das ações recíprocas entre línguas individuais, entre falantes e entre grupo de falantes, ou entre língua e meio ambiente, e que se dedica aos interesses de uma série de movimentos e manifestações em prol da defesa do pequeno" (1993: 4). Ainda de acordo com esse autor, alguns dos principais ramos da ecolingüística seriam: (a) ecologia das línguas (Sprachenökologie), (b) etolingüística, (c) conflito lingüístico, (d) língua entre grupos e (e) a relação entre língua, ser humano, animal e planta (p. 7-9). A etolingüística mostraria que se usa mais a *fala comunal* (bandstifendes Sprechen) do que a *fala teleológica* (zweckorientiertes Sprechen). Ou seja, fala-se mais por brincadeira, em disputas, argumentações, bate-papos, narrações de histórias e, no caso do Brasil, para contar piadas. No caso de (c), a língua muitas vezes é uma válvula para evitar violência física. Em (d), tem-se, por exemplo, o sexismo e o androcentrismo. Em (e), mostra-se o antropocentrismo evidente em diversas denominações. Por ser tão complexo, o objeto da ecolingüística emergirá ao longo de todo este artigo.

Tudo isso revelaria que a ecolingüística não é uma disciplina única, mas uma interdisciplina ou multidisciplina. A propósito da crítica literária ecológica, ou seja, a *ecocrítica* (ecocriticism), Stan Tag disse que "a postura ecocrítica precisa ser interdisciplinar. Assim como um ecossistema saudável depende de uma diversidade de vida vegetal e animal, uma ecocrítica saudável depende de uma diversidade de pontos de vista e perspectivas" (Tag 1994). O mesmo tipo de argumento vale para a ecolingüística. Trata-se de aplicarem os mesmos princípios a diversos fenômenos relacionados com a língua. Mas, a despeito da diversidade de opiniões e das incertezas ainda subsistentes, pelo menos uma certeza já temos, ou seja, temos pelo menos uma visão geral do que seja ecolingüística. Trata-se do *estudo das relações entre língua e meio ambiente, social, psíquico e físico*. Toda e qualquer subdivisão dela tem que ficar dentro desses limites.

5. Alguns princípios defendidos pela ecolingüística

Ao dar início a um conspecto da ecolingüística para o ano 2000 e além, Fill (2000: 60) apresenta os seguintes princípios do pensamento ecológico:

- (i) reconhecimento e defesa da diversidade (princípio maior);
- (ii) reconhecimento da interação mútua;
- (iii) perceber a totalidade e a unidade em vez da fragmentação.

Aplicados aos meios de comunicação, especialmente à língua, isso implica, entre outras coisas, que se deve evitar muitas das atitudes arraigadas em nossa sociedade. Algumas delas são o antropocentrismo, o etnocentrismo, o androcentrismo, o racismo, o sexismo, o crescimentismo (growthism) e o grandismo, a idéia de que "big is beautiful".

Por seu turno, Mühlhäusler (2000) fala das seguintes características distintivas do pensamento ecológico:

- (iv) considerar não apenas fatores internos mas também o meio ambiente mais amplo;
- (v) consciência dos perigos do monoculturalismo;
- (vi) consciência das limitações dos recursos tanto naturais como dos humanos;
- (vii) visão de longo prazo;
- (viii) consciência dos fatores que favorecem a vitalidade das ecologias.

No decorrer da discussão, algumas dessas idéias serão melhor desenvolvidas. Nas duas subseções seguintes, tratarei de alguns princípios e idéias defendidas pelos ecolingüistas. Na primeira, falo do que se poderia chamar de conceitos/princípios "científicos", rotulados de "conceituais" por falta de termo melhor. Na segunda, falo dos conceitos/princípios de natureza mais política e ideológica, como defesa de línguas minoritárias, embora também eles podem ser encarados cientificamente.

5.1. Conceituais

Pelo que vimos até aqui, infere-se que a ecolingüística é o estudo das interrelações biológicas, psicológicas, sociológicas e ideológicas da língua, ou seja, ela trata das relações entre língua e meio ambiente. Isso significa que ela procura ter uma visão global e englobante do seu domínio de interesse.

Ela se interessa não só pela língua em si e como um todo, ou seja, ela não se ocupa necessariamente dos fatores internos apenas, mas também dos fatores ambientais mais amplos. Isso significa que ela inclui todos os componentes da comunidade, representada graficamente na seção 1 e discutida detalhadamente na seção 10. O ecossistema imediato da língua (L) inclui a população (P) que a usa e o território (T) em que essa população vive e convive. Ela trata da relação do organismo com os elementos bióticos e abióticos do ecossistema da EFL.

Para os ecolinguistas, as línguas não são organismos unitários e autônomos, além de não serem tão semelhantes entre si como o gerativismo quer fazer crer. Quanto mais de perto as encaramos, mais notamos que são complexas e dinâmicas. Como disse Bakhtin (Bakhtin 1981: 108), a língua é um fluxo de interações comunicativas. A visão ecológica encara a língua no seu fazer-se, em sua historicidade e dinamicidade, tanto filogenética quanto ontogeneticamente. Nesse sentido, adquirir uma língua é entrar nesse fluxo. No caso da aquisição da L1 é integrar-se na EFL em que a criança nasceu; no caso da aprendizagem de uma L2 é adequar-se a novas condições ecológicas, a uma segunda EFL, como tentei mostrar em Couto (2002b). Ecolinguisticamente, tem que haver adaptação não apenas ao ecossistema social, mas também ao físico, o que inclui o biótico e o abiótico.

Nós podemos até encarar a língua como sistema abstrato, mas não como um sistema estático e desligado do resto do mundo, como se fosse uma ilha ou um asteróide vagando no espaço, porém como um sistema dinâmico em constante fazer-se e em constante interrelação com diversos fenômenos do meio ambiente. As "línguas" atuais são continuação de modos de comunicação de ancestrais não-humanos, a despeito da opinião em contrário de Bickerton (1990). Usar a língua é reproduzi-la, ou seja, inserir-se no fluxo de interações comunicativas que se dá entre indivíduos, não hipostasiar um sistema abstrato. Tanto que podemos conceber uma prática social sem língua como sistema. No entanto, língua sem uma prática social é histórica e logicamente impossível (Bundsgaard & Steffensen 2002). Seria uma língua sem EFL e, como veremos, todas as línguas que a infringem são atípicas.

Por tudo que foi dito, podemos até encarar o aspecto sistema (organismo) da língua. No entanto, devemos evitar a reificação desse sistema, não nos esquecendo de que ele faz parte de uma rede de interrelações. Isso porque o organismo tem não apenas um ambiente interior mas também um ambiente exterior. No caso da semiótica ou, mais especificamente, da ecossemiótica, o estudo das relações entre o organismo e os signos ou sinais do meio ambiente não se restringe aos signos arbitrários e artificiais. Até mesmo os signos ou sinais naturais que o organismo usa para se orientar estão incluídos no âmbito de interesse dessa disciplina, que é bem próximo do da lingüística (Nöth 1998).

A questão da língua como organismo tem vindo à tona frequentemente na história da lingüística. Por isso, já os primeiros ecolinguistas têm se manifestado contra ela. Mufwene (2001), por exemplo, equipara a língua à espécie da biologia, manifestando-se contra a idéia de língua-como-organismo. Na verdade, como vimos, nem isso é verdadeiro. A língua se equipara aos padrões comportamentais de uma espécie que convive em determinado ecossistema. Ela é um conjunto de relações, é o modo pelo qual membros da população comunicam (interagem) entre si.

5.2. Ideológicos

No *site* da ONG Terralingua, cujo objetivo é defender as línguas e espécies minoritárias e/ou em perigo de extinção, encontra-se a seguinte pergunta: "Não seria melhor se todos nós falássemos uma única língua?" Lá mesmo há uma sugestão de resposta: "as línguas, como principais veículos de conhecimento, têm um papel central nas relações entre os seres humanos e a natureza, mediante a codificação de conhecimento sobre o meio ambiente em palavras, modos de falar, narrativas, histórias, canções e diversas outras formas de expressão". Uma conclusão a que chega é a de que "uma cultura humana global e monolítica não é algo bom para as comunidades biológicas; do mesmo modo, uma flora e fauna depauperadas não são algo bom para comunidades humanas".

A lição da natureza tem demonstrado que a diversidade é melhor do que a unicidade. Não é preciso refletir muito para perceber que a diminuição das espécies animais e das espécies vegetais significa empobrecimento da vida na face da terra, como é o caso da introdução do eucalipto, que praticamente impede a sobrevivência de espécies nativas. Com isso, de certo modo isso implica em globalização

vegetal. Algo parecido se dá na cultura. O monoculturalismo seria um empobrecimento da sociedade humana, assim como o monolingüismo seria um empobrecimento dos meios expressivos e comunicativos. Tudo nos diz que o melhor é a biodiversidade e a diversidade lingüística, ou linguodiversidade (Bastardas i Boada 2002).

Os perigos do monoculturalismo e do monolingüismo não são apenas idealismo leviano de um bando de ecologistas que não têm mais o que fazer para ocupar seu tempo ocioso. Na natureza, as espécies animais mais fortes só sobrevivem porque têm as menores ou as plantas como fonte de alimento, formando uma cadeia trófica. O desaparecimento da vegetação e dos animais menores significaria o desaparecimento da fonte de alimento dos maiores, o que os levaria à extinção. Levaria inclusive as menores à extinção, uma vez que poderia haver superpopulação. Do mesmo modo na cultura. O pequeno, o minoritário e o mais fraco merecem ser respeitados. No caso das línguas, as menores têm que ser preservadas, pois elas são a chave para a autenticidade local. Sua morte significaria o desaparecimento de toda uma cultura, todo um modo de encarar o mundo, de falar sobre ele. Significaria o desaparecimento de uma tecnologia, de uma filosofia, enfim, de todo um modo *sui generis* de encarar o mundo, de uma cosmovisão. Isso significaria um empobrecimento da humanidade. A história tem mostrado que tudo que é mono- pode levar ao totalitarismo, como a própria raiz da palavra (total-) já dá a entender.

Segundo Alwin Fill, isso tem levado ao que considera pensamento unidimensional, embora em um sentido ligeiramente diferente do conceito de "homem unidimensional" de Herbert Marcuse. Na sua visão, "o pensamento unidimensional consiste, simplificada, numa equiparação de 'grande' com 'bom' e 'feliz'" (Fill 1993: 121). Isso leva a um posicionamento binário, de sim ou não. A unidimensionalidade da língua pode ser notada sobretudo no léxico, onde se percebe (a) uma grande quantidade de oposições do tipo "grande-pequeno", com super-valorização do elemento que contém o traço [+grande]; (b) conotação positiva de tudo que se associa a "crescimento"; (c) fetichização do significado dos termos abstratos.

No caso de (a), têm-se inúmeras oposições como, "novo-velho", "alto-baixo", "muito-pouco", "forte-fraco", "cheio-vazio", "rico-pobre", "rápido-lento", "reto-torto", "bonito-feio" e "bom-ruim". O lado esquerdo dessas oposições é sempre tido como o melhor, mais agradável, desejável. Tanto que ao se criarem substantivos abstratos que abrangem ambos lados, geralmente eles são tirados do primeiro elemento do par. Assim temos "tamanho" (< lat. "tam + magnum"), "altura", "força" e "rapidez". É bem verdade que temos também "pequenez", "baixeza", "paucidade" e "ruindade". No entanto, todos esses conceitos têm conotação pejorativa, se não claramente negativa.

No caso da absolutização das palavras abstratas (c), termos como "liberdade", "progresso" e "realização" freqüentemente são associados a "crescimento". Como diz Fill (1993: 125), "uma maior oferta de mercadoria traz mais liberdade de escolha, uma economia mais ampla implica maior liberdade de emprego". Na verdade, o que isso traz é um maior envolvimento dos indivíduos em uma teia cada vez maior e mais complexa que, na verdade, os escraviza. Quanto mais coisas o ser humano tem, a mais coisas está preso, portanto, menos liberdade tem, como Marx não se cansava de dizer.

Por essas e outras razões, a ecolingüística não só não menospreza o pequeno e o minoritário, mas também não faz uma distinção rígida entre humano e não-humano, como faz a maioria das teorias lingüísticas, sobretudo a da gramática gerativa, ou seja, ela não aceita o antropocentrismo, ao qual voltarei mais abaixo. Pelo contrário, ela defende claramente o pequeno e o minoritário. No caso do antropocentrismo, não há justificativa racional para uma presumível superioridade da espécie humana sobre as demais. O ser humano é o único que mata (ou prejudica, tortura) um semelhante, às vezes até mesmo sem motivo. Além disso, é o único que mata representantes de outras espécies apenas por prazer (caça, pesca, etc.). Nesse caso, ele seria o mais perverso de todos os animais. O antropocentrismo é parente próximo do etnocentrismo e parente distante do androcentrismo, irmão do sexismo e do machismo. Todas esses posicionamentos são evitados pelos ecolingüistas, e tidos como distorções, para as quais é preciso que nos alertemos.

Segundo o criador da sociobiologia Edward Osborne Wilson, é bem verdade que há espécies animais não-humanas cujos membros podem matar outro ser sem ser para se defender ou para se alimentar. Há até infanticídio, canibalismo e homossexualismo entre os animais. Mas, isso ocorre quando há altas

concentrações de indivíduos em um espaço exíguo porque, a regra é os animais resolverem os atritos sem que haja ferimentos ou morte, mesmo porque a agressão exige dispêndio de energia (Wilson 1980: 14, 120, 121). Os assassinatos com requintes de perversidade, as psicopatias e assemelhados parecem continuar sendo apanágio do ser humano.

Ao defender essas idéias, os ecolingüístias não estão sugerindo uma censura nem uma cruzada pelo ecologicamente correto. O que eles pretendem é chamar a atenção para esses fatos, a fim de que se possa agir adequadamente. Em síntese, o que eles defendem é que se evite qualquer tipo de discriminação. O importante é ter consciência dos preconceitos, que são pré-conceitos, conceitos que fazemos de algo antes de conhecermos a realidade em sua essência. Alguns chegam a defender uma redenominação (umbenennen) para evitar denominações preconceituosas. No caso de nome de povos, por exemplo seria o caso de chamá-los pelos nomes que eles próprios se dão, não o que lhes foi impingido pelos colonizadores europeus. Assim, "esquimó" voltaria a ser *inuit*, "cigano" voltaria a ser *rom* e assim por diante. Afinal, esses povos e os fenômenos de seu meio ambiente já tinham nomes antes que os europeus lhes impusessem os seus.

A redenominação evitaria também o androcentrismo. Assim, nos Estados Unidos se tem evitado o termo "chairman" para o presidente de uma reunião. Em seu lugar se usa apenas "chair". Nas universidades alemãs, não se usa mais a expressão generalizadora "os estudantes", ou seja, "die Studenten". Às vezes se diz *die Studierenden*, que significa literalmente "os que estudam", no gênero neutro, nem masculino nem feminino. Até mesmo no Brasil já se evita dizer algo como "meninos de rua". Em seu lugar, diz-se freqüentemente *meninos e meninas de rua*. Em ofícios e memorandos, não é incomum vermos a seguinte introdução: *Prezado(a)s senhore(a)s*. Em suma, em vez de uma cruzada em prol do politicamente correto ou uma censura, o que se pretende é conscientizar as pessoas a fim de, ao usarem ou não determinada expressão, saberem o preço social que estarão pagando.

A ecolingüística tem uma perspectiva mais ampla e de longo prazo. Assim, quer a hipótese de Gaia (de que a terra é um organismo vivo) seja verdadeira quer não, o fato é que nós e nossa língua fazemos parte do meio ambiente. Se ele desaparecer, também nós desapareceremos. Se nós desaparecermos, desaparecerão também as línguas. Desaparecendo as línguas, não haverá objeto de estudo para os lingüístas. Até mesmo os lingüístas desaparecerão, no bojo do desaparecimento da espécie humana e de todas as espécies. Será que há algum setor da língua imune e desligado de tudo isso?

6. A ecolingüística e as tentativas de unificação da ciência

Depois que surgiram especializações para os diversos ramos do saber, no bojo da divisão do trabalho, começaram a aparecer também tentativas de unificá-lo. É o caso do movimento que se deu em torno da *International encyclopedia for unified sciences*, do chamado materialismo dialético e histórico (às vezes confundido com marxismo) e outros. Muitos filósofos têm se pronunciado sobre o assunto, como é o caso de Jean-Paul Sartre, que fala do "princípio epistemológico da unidade do saber", "princípio que todos nós admitimos" (Sartre 1966: 29). Sartre falou no mesmo contexto do marxismo, movimento mais conhecido como político do que como científico, mas que, também ele, defende a unidade da ciência. Marx, por exemplo, afirmou que "a ciência natural algum dia incorporará a ciência do homem, exatamente como a ciência do homem incorporará a ciência natural; haverá uma única ciência" (Marx 1970:124).

A ecologia é um contexto neutro, desvinculado de política (se bem que haja movimentos políticos que se denominam ecológicos), em que se vê outra possibilidade de "unificação do saber", a despeito de freqüentemente o *status quo* não levar a sério movimentos, políticos ou não, que contenham em seu nome o adjetivo "ecológico". De qualquer modo, hoje em dia se fala em ecologia em praticamente todas as disciplinas sociais, além, é claro, da própria ecologia biológica. Até no seio da sociobiologia, aparentada da ecologia, foi sugerida uma unificação das ciências via biologia. É o que se vê na "consiliência" de Edward Wilson, proposta no livro *Consilience: The unity of knowledge* (New York: Alfred Knopf, 1998). É provável que uma das primeiras disciplinas sociais a assumir uma postura ecológica tenha sido a sociologia, como Haugen já sugerira. Na década de 70 surgiu o que passou a ser chamado de *environmental sociology*, ou seja, sociologia ambiental ou sociologia do ambiente. De acordo com seus defensores, a *sociologia ambiental* é o estudo das interações recíprocas entre ambiente físico e

organização social e comportamento social. Nesse caso, o meio ambiente compreende as bases físicas e materiais imediatas e mediatas da vida, ou seja, vai do nível micro até a biosfera (Catton & Dunlap 1978, 1980; Schnaiberg (1975). Hoje em dia existem cadeiras de sociologia ambiental em grande parte das universidades norte-americanas bem como em algumas de outros países. É o caso da Itália, por exemplo, onde se fala em "sociologia do ambiente", reportando-se à sociologia ambiental de origem norte-americana (Rossi 2001/2002). Essa obra inclui um histórico crítico da subdisciplina.

Atualmente, parece que a ecologia tende a constituir-se em novo paradigma epistemológico. Assim, na antropologia, talvez mais do que na sociologia, também temos movimentos que levam na direção de uma *antropologia ecológica*, que reconhece que o ser humano é parte integrante da natureza, daí a necessidade de se estudar "cultura na natureza" (natureza), de acordo com um princípio dialético unificador de humanidade e universo (Lévesque 1996). Desse modo, "a antropologia ecológica pode ser definida como o estudo das relações entre dinâmica populacional, organização social e cultural das sociedades humanas e o meio ambiente nos quais elas estão inseridas" (Neves 1996: 18). Estuda-se a adaptação do ser humano ao meio ambiente, não partindo de um conceito abstrato e apriorístico, mas do próprio ser humano que, por sinal, também é parte do meio ambiente.

Tampouco a psicologia fica de fora do movimento ecológico. De acordo com a *psicologia ecológica*, grande parte das psicoterapias falham, a despeito de bem-intencionadas, porque consideram o paciente como um indivíduo isolado, em vez de mostrar a ele as vantagens de se religar à comunidade e à humanidade mais ampla e ao meio ambiente natural de que elas fazem parte. Com isso, o que conseguem é aumentar o sofrimento do paciente. O ser humano tem necessidade de contemplar a magnificência do universo e o milagre da vida. O contato com o mundo natural pode trazer recompensas imediatas (Pilisuk & Tardella 2000). Eu próprio pude experienciar a cura de um profundo stress apenas pelo contato com a natureza e com antigos amigos da zona rural que não se preocupavam e/ou não sabiam de meu sofrimento. Na economia, há um considerável componente ecológico. Afinal, conceitos como desenvolvimento sustentável aparecem nos jornais todos os dias. A *economia ecológica* se preocupa com a degradação do meio ambiente (terra, águas, ar) devido ao seu mau uso e, sobretudo, depredação. Por isso, mais do que qualquer outra ciência social, a economia deveria obedecer os princípios da ecologia. Mas, fala-se também em ecogeografia, em arquitetura ecológica, em ecocrítica, enfim, praticamente em todas as áreas há eco-disciplinas.

Abrangendo todas as eco-disciplinas, temos a *filosofia ecológica*, ou ecofilosofia. Nesse contexto, surgiu um vertente radical, chamada ecologia profunda (Naess 1989). De acordo com ela, para se conseguir o devido respeito pela natureza, é preciso que recuperemos a identidade espiritual que tínhamos com ela, que perdemos há muito tempo. No contexto da filosofia já havia surgido, uma década antes da obra de Naess, o que ficou conhecido como hipótese de Gaia, já mencionada na seção 2.

Talvez seja em uma das ciências afins da lingüística, a semiótica, que podemos notar mais claramente a postura ecológica como plataforma para se estudar a linguagem e suas relações com o meio ambiente de uma perspectiva holística. Como vimos, ela se ocupa não só dos signos artificiais e arbitrários, mas também dos sinais naturais. Tanto que já se propuseram sub-ramos dela como zoo-semiótica, fito-semiótica, além de outros como a etologia e a semiótica médica.

No caso específico da lingüística, a postura ecológica invalida a oposição inatismo *versus* interacionismo. Por enfatizar as interrelações entre elementos do ecossistema, ela adota princípios do interacionismo. Na verdade, tudo se passa em um fluxo incessante de interação. Por outro lado, a ecologia é parte da biologia, que é uma ciência da natureza. Portanto, o dom para a língua como herança biológica não pode ficar de fora, embora a questão não esteja ainda clara o bastante. Por isso, a maioria dos ecolingüístas enfatizam o interacionismo.

7. O movimento ecolingüístico atual

Como vimos acima, o movimento ecolingüístico já é bastante intenso na atualidade, a despeito das restrições que a lingüística oficial tem a ele. Mesmo antes dos trabalhos pioneiros de Einar Haugen e de William Mackey, já houvera investigações lingüísticas que seriam subscritas por ecolingüístas, como algumas das que vimos na seção 3. Na atualidade, talvez no bojo dos movimentos políticos em prol da

preservação dos recursos naturais e das espécies ameaçadas de extinção, como o Green Peace e Terra língua, a idéia de se abordarem questões lingüísticas da mesma perspectiva tem crescido cada vez mais. Aliás, na seção 6 foi visto que isso ocorre com praticamente todas as ciências sociais, além das filosóficas e áreas como a da arquitetura e outras.

No que concerne especificamente à lingüística, a Universidade de Graz, na Áustria, parece ser um centro, como afirmam, sem falsa modéstia, seus membros. Além de abrigar um dos nomes mais conhecidos na área, o tantas vezes aqui citado Alwin Fill, essa universidade abriga um dos *sites* mais importantes de ecolingüística. O próprio Fill tem organizado coletâneas, como a que fez em Fill & Mühlhäusler (2001) e outras. Os seus livros, alguns citados na bibliografia mais abaixo, são referência para qualquer investigador que queira se informar sobre o assunto. Outros centros em que se encontram investigadores são Odense e outras universidades da Dinamarca, Adelaide na Austrália, Chicago, Aix-en-Provence, entre outros.

Ainda no que concerne a publicações, hoje em dia temos diversas obras de referência. Alguns dos principais autores na área são Albert Bastardas i Boada, Louis-Jean Calvet, Norman Denison, Harald Haarmann, Adam Makkai, Salikoko Mufwene, Peter Mühlhäusler, Tove Skutnabb-Kangas, Jørgen Døør, Chr. Bang e Wilhelm Trampe. A maior parte deles se dedica a questões de ecologia das línguas, ou seja, de interrelacionamento entre as línguas do mundo e suas conseqüências, como bilingüismo, multilingüismo, e seu gerenciamento. Enfim, a maioria se dedica a questões de política e planejamento lingüístico. Para referência sobre suas obras, pode-se consultar a bibliografia.

Quanto a encontros ecolingüísticos, já houve um simpósio em Graz, cujas atas foram publicadas em 2000. No encontro da GAL (Gesellschaft für angewandte Linguistik) em Passau, em 2001, foram discutidos temas como língua e crise ecológica, língua e consciência ambiental, diversidade lingüística e biológica, o discurso oficial sobre ecologia e meio ambiente bem como língua e ecologia na sala de aula.

Ainda em 2002, houve o Colloque "Écologie des Langues/ The Ecology of Language", na Université de Moncton, Canadá, de 21 a 23 de agosto (cf. www.umoncton.ca/facarts/crla/colloque.html). Todas as comunicações eram da área da ecologia das línguas, incluindo-se uma homenagem a William Mackey.

Nos encontros da AILA, sempre há uma seção dedicada a temas ecolingüísticos. Aliás, ela inclusive abriga uma comissão ecolingüística. É interessante notar que é justamente a associação mundial de lingüística aplicada que tem dado guarita à ecolingüística.

De 26 a 28 setembro de 2002, houve um encontro na Università di Bergamo, no contexto da Società Linguistica Italiana, dedicado à ecologia. As questões tratadas se encontram todas na área da ecologia das línguas. Apenas um autor indagou por que não se trata de questões estruturais ecolingüísticamente.

Gostaria de ressaltar mais uma vez o *site* Terralingua (www.terralingua.org). É certamente o mais importante, embora esteja mais preocupado com a preservação das espécies (animais e vegetais) e das línguas em perigo de extinção. Há pelo menos um *site* dedicado especificamente às línguas em perigo de extinção (<http://www.ogmios.org>). Por fim, é interessante ressaltar o fato de que há vários crioulistas envolvidos com ecolingüística. Isso não é gratuito. Como sabemos, os crioulos e os pidgins são línguas resultantes do contato de línguas mutuamente ininteligíveis. E o contato de línguas em geral é um dos mais importantes tópicos da ecologia das línguas. Entre os mais conhecidos especialistas temos Peter Mühlhäusler, Salikoko Mufwene e Louis-Jean Calvet. Para a croulística em geral, pode-se consultar Couto (1996) e Holm (1988/9).

Enfim, a abordagem ecológica às questões lingüísticas já é uma realidade tão firmemente assentada que até já se falou em um novo paradigma. É o caso de Makkai (1993) e Cáccamo (1994), embora cada um deles parta de pontos de vista diferentes. Nos dois pode-se ver que o ponto de vista ecológico pode ser uma boa e sólida base epistemológica para a ciência da linguagem. Com falar-se em base epistemológica já se deixa implícito que não se trata apenas de se usarem conceitos ecológicos metaforicamente. Trata-se de uma nova postura filosófica, de um novo paradigma científico.

8. É possível abordar fenômenos estruturais ecolingüísticamente?

Em geral, quando se fala das relações entre língua e meio ambiente, é o léxico que vem à mente em primeiro lugar. O motivo é amplamente conhecido, ou seja, o fato de ser ele o componente da língua que

mais diretamente reflete a cultura de um povo, vale dizer, o meio ambiente em que ela está inserida, como Sapir (1963) já havia demonstrado. Praticamente toda palavra da língua de um povo reflete o modo de esse povo encarar seu meio ambiente, o que significa que, de certa forma, o meio ambiente se projeta no léxico. Alguns dos casos mais conspícuos são a toponímia, a antroponímia, a hidronímia, a fitonímia e outros. Quanto a isso, parece haver unanimidade entre os investigadores, tanto que a questão vem sendo investigada há muito tempo. O que não é nada consensual, antes pelo contrário, é se há alguma ligação entre fenômenos estruturais e o meio ambiente. Daí a pergunta do título desta seção.

Segundo o crioulista Mühlhäusler (1998: 151), a ciência em geral parte do "pressuposto de que há línguas nitidamente delimitadas (e nomeadas) cujas gramáticas estão aí para ser analisadas". Para uma visão ecológica das línguas, as coisas não são bem assim. Todas as ecologias, ou melhor, todos os ecossistemas, são abertos, suas fronteiras são permeáveis. Portanto, língua como sistema fechado é um construto, resultado de uma reificação de algo fluido e instável. Mas, mesmo considerando as línguas como a gramática gerativa acha que elas são, seria possível estudarem-se fenômenos estruturais ecologicamente.

Na verdade, ecossistema é sistema, portanto, de certa forma é estrutura. O próprio organismo que vive em determinado ecossistema contém, por sua vez, um ecossistema interno, há um conjunto de relações no seu próprio interior. Portanto, o conceito de estrutura não é estranho a uma visão ecológica da realidade. Pelo contrário, o meio ambiente é sempre encarado em termos de ecossistemas, maiores ou menores, dependendo do recorte feito pelo analista na fluidez e permeabilidade dos ecossistemas do mundo. Mas, uma visão "estrutural" do fenômeno ecolinguístico se justifica por outras razões.

É bem verdade que o conceito de sistema e de estrutura é bem antigo, como acabamos de ver, recuando pelo menos até Aristóteles. No caso da língua, freqüentemente o conceito de estrutura tem ficado implícito no de organismo. Tanto assim que, bem mais perto de nós, ou seja, no século XIX, a concepção da língua como organismo era defendida por Schleicher e, em menor proporção, por seu precursor Franz Bopp. Foi Schleicher que tomou o termo "morfologia" de empréstimo às ciências da natureza e o aplicou ao estudo da estrutura das línguas. Além disso, ele apresentou uma interessante proposta de classificação tipológica das línguas de uma perspectiva morfológica. Enfim, esse precursor da ecolinguística pode ser considerado um dos precursores do estudo da língua como estrutura. O que é mais, ele se preocupava não apenas com a estrutura (ecossistema) interna da língua. Ele se ocupava antes de mais nada com o desenvolvimento histórico das línguas, como bom comparatista que era.

Quando um biólogo ecologista delimita um ecossistema e começa a estudá-lo, ele leva em conta não apenas as relações dele com os ecossistemas circundantes. Estuda antes de tudo as relações internas ao próprio ecossistema. Isso tem muita semelhança com a parte interna da língua, ou seja, a gramática. Estudos como os da gramática gerativa são claramente não-ecológicos, pois reificam, hipostasiam e isolam o sistema, como se ele nada tivesse a ver com o meio ambiente em que está inserido e que o produziu. Mas, há exceções entre os demais lingüistas. Uma delas eu já comentara em Couto (1999). Trata-se de Slama-Cazacu (1961), da qual retomo algumas idéias a seguir.

A despeito do fato de essa autora considerar seu trabalho como pertencente ao âmbito da psicolinguística, na verdade o que ela fez foi ecologia lingüística. Com efeito, ela abordou a língua não apenas em sua autoecologia mas também em sua sinecologia. E o que é mais, ela foi estreitando o âmbito da análise, chegando a ecossistemas (subsistemas) menores, sempre levando em conta tanto sua auto-ecologia quanto sua sinecologia. Ela chega a formular uma lei, que chama de "lei da determinação pelo conjunto". Essa lei é complementada pelo "princípio de adaptação ao contexto". Infelizmente, ao que tudo indica, seu trabalho não teve seguidores. No entanto, sua abordagem ao fenômeno linguagem é totalmente ecológica *avant la lettre*. Ela fala da *lei da determinação pelo conjunto*. De acordo com essa lei, "a variação dos componentes da língua em geral é determinada pelos conjuntos em que esses componentes estão englobados" (p. 81).

No último capítulo a autora faz uma síntese de tudo que disse sobre contexto ao longo de mais de 200 páginas. Para ela o contexto:

- (i) tem, em primeiro lugar, o papel de escolher determinada palavra bem como de precisar seu sentido;
- (ii) individualiza o sentido, inserindo a especificidade do que interessa no ato de fala na generalidade da significação genérica;

(iii) completa o sentido das diferentes nuances devidas à adaptação da palavra a objetos particulares;

(iv) pode ele próprio criar uma significação para uma palavra, sobretudo em se tratando de expressões sucintas;

(v) pode transformar uma significação, ou até mesmo dirigi-la para um sentido errado, que pode atingir o sistema da língua, em caso de repetição (Slama-Cazacu 1961: 210).

Além da lei da determinação pelo conjunto, a autora apresenta também o *princípio de adaptação ao contexto*, válido tanto para falante quanto para ouvinte. Assim, o falante tende a usar as palavras mais adequadas à situação, independentemente de suas preferências, que crê adequarem-se melhor às expectativas do ouvinte. O ouvinte também interpreta as palavras recebidas do falante levando em conta não propriamente o que ele próprio usaria, mas aquilo que pensa que o falante usaria na situação dada. Ou, então, o que acha que seria mais adequado no contexto em questão. E assim por diante. Nessa adaptação, incluir-se-iam fenômenos sintáticos, tais como a preferência pela parataxe frente à hipotaxe.

Como não poderia deixar de ser, a autora apresenta uma classificação de contexto. Em primeiro lugar, vem o *contexto total*, que envolve a relação complexa, a unidade da situação da qual participam os interlocutores postos em contato no ato de comunicação. Em seguida, temos o *contexto explícito*, que consta da expressão inteira com seus acompanhamentos, ou seja, palavras, gestos, etc. Por fim, vem o *contexto verbal* ou *discursivo*, que é o texto falado ou escrito, de natureza eminentemente lingüística (p. 215-216). Existe uma hierarquia entre esses contextos. Alguns são mais restritos, outros menos, organizados em uma espécie de círculos concêntricos. Um dos mais restritos é o contexto sintático.

Uma das áreas da gramática tida como mais refratária a um tratamento ecológico seria a morfologia. Pois é justamente nela que se enquadram dois projetos que passarei a expor sucintamente. O primeiro é "The dialectics of ecological morphology - or the morphology of dialectics", de Jeppe Bundsgaard & Sune Steffensen (2002). Seguindo idéias desenvolvidas por Jørgen Chr. Bang e Jørgen Døør, da Universidade de Odense (Dinamarca), os pesquisadores introduzem o conceito de *ecomorfologia*. Eles afirmam que não efetuaram testes de comutação, nos moldes do estruturalismo, mas ouviram a melodia de sua língua materna. Seu ponto de partida são sempre textos em diálogos. Para eles, morfemas são individualidades textuais identificáveis rítmica e rímicamente, (a) constituídas por constituintes de um todo textual (texto, enunciado, sentença, palavra), (b) formadas, co-formadas e con-formadas em uma situação de diálogo (sócio-, bio- e ideo-lógica), (c) pertencentes a nossas configurações de conhecimento e memória corporais e cognitivas, recriáveis em uma situação de diálogo. Eles não ignoram que o significado pode ser mais ou menos comum para uma comunidade.

Na proposta do projeto, os pesquisadores apresentam a expressão "Is this a doll easy to see or hard to see?", fazendo uma análise extratextual, intertextual e do significado individual de cada morfema. Aí se inclui até mesmo a pessoa para a qual "doll" é importante. Enfim, trata-se de uma análise que enfatiza mais a parte conteúdo do morfema, praticamente ignorando o significante.

O outro projeto de morfologia que se enquadra em uma visão ecológica é o Projeto REDES, sobre os prefixos *re-* e *des-*, que eu e Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello estamos desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de Brasília. Antes, eu já havia investigado os atos de *desfazer* e *refazer* ações no crioulo português da Guiné-Bissau (Couto 2003a). Tentei associar o fato de que essa língua só tem o prefixo *des-* (dis-) com o ecossistema lingüístico em que ela se insere. Para simplificar, foi observado que o crioulo não tem o prefixo *re-* porque seus falantes (membros de P) não sentiram necessidade dele em suas interações entre si e com o meio ambiente. Aliás, no português brasileiro a criança também só usa *des-*, inclusive superproduzindo formas como "despular", "despor" (= tirar), etc. Enfim, a presença ou ausência desses prefixos foi relacionada com o nível de linguagem: no mais informal ocorre mais *des-* e pouco ou nenhum *re-*; quanto mais formal, mais aumenta o número de *re-* e diminui o de *des-*, culminando na linguagem infantil e no crioulo, que só têm *des-*. Isso confirma a opinião de Mühlhäusler (1998: 153) de que afirmar que "todas as línguas têm a mesma complexidade e/ou poder expressivo" é um dogma, refutado pela prática.

No caso especificamente da sintaxe, parece difícil imaginar-se uma "sintaxe ecológica" ou "ecossintaxe", paralelamente à ecomorfologia de Bundsgaard & Steffenson (2002). Mesmo essa última é difícil de aceitar para muitos lingüistas. No entanto, se pensarmos em uma sintaxe mais funcional do que estrutural,

não seria muito difícil associarem-se questões como *tópico* e *comentário* (ou tema e rema) a uma visão ecológica. Se pesarmos o fato de que o essencial na ecologia é a idéia de interrelação, não pareceria absurda a idéia de uma associação até mesmo da sintaxe e da morfologia estrutural a uma concepção ecológica. Com efeito, o essencial dessas disciplinas são justamente relações estruturais entre entidades. Um dos exemplos mais interessantes é a anáfora. Mas, isso é investigação para o futuro. Fill (2000) faz uma resenha de diversos outros temas intralingüísticos que vêm sendo investigados.

Quando se compara a linguagem verbal humana com a linguagem dos animais, geralmente se aduz a maior complexidade da primeira, como se pode ver até mesmo na sociobiologia (Wilson 1980). Na crioulística também freqüentemente se diz que as línguas crioulas seriam mais simples do que as não crioulas, fato que tem dado lugar a debates acalorados e até agressivos. Para Bickerton (1981: 219), o mais importante não é complexidade ou simplicidade, mas a capacidade de abstração. É um fato que as línguas crioulas são usadas primordialmente para a comunicação face-a-face, e apenas na oralidade. Isso significa que o ecossistema de que fazem parte é mais concreto do que o das línguas das sociedades altamente industrializadas. As últimas fazem parte de um contexto em que o contato direto com a natureza está desaparecendo a cada dia que passa, como resultado do conhecimento e da tecnologia a que estão associadas. Ainda segundo ele, para se falar sobre o mundo, primeiro é preciso conhecê-lo, ter tido experiência com ele (p. 235), fato expresso em sua tese de pré-adaptação. Algumas sociedades têm mais experiência com o ambiente natural; outras têm mais experiência com o ambiente construído. Tudo isso se reflete na língua. Fique claro, no entanto, que mais abstração não significa algo melhor; é apenas mais abstração.

Resumindo, sabemos que o léxico reflete o meio ambiente em que a língua é falada. Sabemos também que a gramática é, de certa forma, uma projeção do léxico. A conclusão inevitável é de que também na gramática deve haver alguma forma de influência desse meio. Tanto que gramática consiste basicamente de relações. Ora, a relação fundamental e primordial é a relação espacial (Lyons 1977: 718-724). As demais relações (relações temporais e relações puras, lógicas) seriam reduções dessa relação primordial. Dessa perspectiva, tem que haver alguma influência do meio ambiente (espacialidade) na gramática. Enfim, a língua é formada e usada por organismos (humanos) que fazem parte de um ecossistema. Seria de estranhar que alguma parte dela ficasse imune a isso.

9. Alguns exemplos de linguagem preconceituosa

No decorrer das páginas anteriores, vimos que a maioria das línguas está marcada pelo antropocentrismo, o etnocentrismo, o androcentrismo, o racismo, o sexismo, o crescentismo (growthism) e o grandismo, a idéia de que "big is beautiful". Eu acrescentaria a essas marcas a de classismo. Vejamos cada uma delas, com apenas uns poucos exemplos a título de ilustração. Cada um desses assuntos merece ser investigado aprofundadamente por especialistas.

Começemos pelo *antropocentrismo*. Uma das tônicas do livro de Alwin Fill (1993) é a de que todas as línguas existentes vêem o mundo de uma perspectiva antropocêntrica. Isso significa que o vocabulário, e às vezes até mesmo partes da gramática, se refere ao mundo com base na utilidade (e seu contrário) que o denotatum pode representar para os falantes. Assim, fala-se em *erva-daninha*, em *animal feroz*, entre inúmeros outros (105-107). A utilidade pode se apresentar até mesmo distorcida, como ao se falar em *tempo bom* quando o sol brilha e em *mau tempo* para quando está nublado/chuendo. Nesse caso, seria uma utilidade aparente, pois é a chuva, combinada com a energia solar, que faz a vida na terra brotar. Onde não há chuva não há vida. Outras vezes, a denominação revela uma vontade de se distanciar dos animais (e das plantas). Em alemão, se diz *essen* 'comer' para os humanos, mas *fressen* 'devorar' para os animais; *Mund* 'boca' (humano), *Maul* 'boca' (animais). Em português, dizemos *mão/pé* (humano) e *pata* (animal). O eufemismo está intimamente relacionado com o distanciamento. Para atenuar a consciência dos humanos sobre determinadas ações contra animais e plantas, diz-se *sacrificar* (= matar), *desmatar*, *cortar de árvores* (=matar plantas), etc. Entre aqueles de que menos temos consciência estão *caçar* (=matar animais) e *pescar* (=matar peixes). Por fim, temos a pejorativização de animais, ou seja, o uso de seu nome para qualidades ruins. Entre os diversos termos, temos *animalesco*, *bestial*, *selvagem*, *simiesco*,

burro, porco, cavalo, vaca, e muitos outros. É bem verdade que alguns têm conotação positiva, como *garanhão, cobra, leoa, leão, gavião, águia*. Trata-se das exceções que confirmam a regra.

Toda língua é também etnocêntrica. Os gregos se consideravam civilizados, e todos os outros povos eram bárbaros, uma vez que não os entendiam. A palavra "bárbaro" é uma onomatopéia justamente para designar os povos cujas línguas eles não entendiam. Porque não os entendiam, diziam que eles apenas faziam [brbr]. O nome que os europeus do oeste dão aos do leste é *eslavo*, ou seja, escravo. Os eslavos, por seu turno, chamam os alemães de *neamts*, que quer dizer algo como mudos. E assim por diante.

De um modo ou de outro, geralmente as línguas são androcêntricas. Isso porque o homem geralmente tem tido mais poder do que a mulher, o que deu nas sociedades patriarcais. Acima já vimos alguns exemplos de expressões que revelam androcentrismo e/ou sexismo, de par com algumas estratégias para superá-lo. Um deles era o masculino generalizante, que engloba o feminino. Assim, se em uma sala de 200 estudantes, apenas um é homem, fala-se em *os alunos*. Até os termos *garanhão* e *gavião* que eram exceção à visão negativa contra os animais, são androcêntricos. Mais especificamente, entram na categoria do machismo. Referir-se ao órgão sexual masculino frequentemente é algo "engrandecedor", como *saco, caralho, pau, cacete, bilau* e o mais comum *pinto*. Tanto que muitos homens frequentemente põem a mão no próprio pênis em diversas situações, às vezes até mesmo em público, com o fito de sinalizar ou checar sua masculinidade. O órgão sexual feminino, por seu turno, é geralmente designado por termos que não são usados numa roda de amigo(a)s para piadas. Além disso, ele é muito mais tabu do que o masculino. Por exemplo, termos como *perereca, perseguida e chochota* até que podem ser ouvidos quando as pessoas estão em grupos. Porém, dificilmente entrariam em expressões fixas, como os masculinos podem entrar, a exemplo de *grande pra caralho, alto pra cacete* e outras. Tenho certeza de que muita gente se sentirá um tanto escandalizada ao ler a palavra *buceta* em um texto científico. Com efeito, ela parece ser o maior tabu lexical do português brasileiro. Por que não temos o mesmo sentimento frente ao nome do órgão masculino? A resposta é o machismo, sub-ramo do androcentrismo que visa a ridicularizar a mulher.

Ainda no contexto do androcentrismo, temos a questão da própria relação sexual. Frequentemente, se diz que o *homem come a mulher*, ou que a *mulher deu para o homem*. Antigamente, a mulher falava em *ser possuída*. O que se quer dizer com isso? Pura e simplesmente que o ato sexual é algo que o homem "faz" à mulher. Ela é apenas um objeto passivo de prazer para o homem, que é o sujeito do prazer. Não se trata de uma troca, de algo que duas pessoas gostam e querem fazer, para o prazer de ambas. Parece até haver um certo sadismo masculino, uma vez que o homem "come" a mulher, "mete" nela. O ecofeminismo, entre outros movimentos, tem lutado para reverter essa situação.

O *racismo* se manifesta lingüisticamente a todo momento. Até em nossa sociedade, expressões que "denigrem" o negro são muito comuns. É o caso da expressão *negro, quando não caga na entrada, caga na saída* que, a despeito de estar caindo em desuso, ainda se ouve por aí. O cabelo do negro é *ruim*, o que implica que o do branco é "bom". Quando se tenta remediar a situação, a emenda fica pior do que o soneto, como ao se substituir "negro" por *escurinho*. O movimento negro hoje faz questão do nome "negro", sendo que "preto" seria o nome de uma cor. No Brasil, *um programa de índio* é o fazer-se algo sem sentido, que não vale a pena. Todas as designações etnocêntricas por definição vão na direção do racismo.

Fill fala também do *crescimentismo* (growthism), que leva ao grande (*grandismo*) de acordo com o qual "grande é bom", o que implica que o pequeno não é. Aí vem o desenvolvimentismo dos países do norte, por oposição ao atraso dos do sul. Talvez até mesmo a alta estatura dos nórdicos, por oposição aos baixinhos nativos e/ou subdesenvolvidos do sul, se enquadre nessa categoria.

Por fim, temos o que chamo de *classismo*. Trata-se de termos relacionado com determinados segmentos da sociedade. Os que têm a ver com a classe dominante, mais poderosa, freqüentemente têm conotação (e até denotação) positiva; os que se relacionam à classe pobre, rural, muitas vezes significam algo de ruim, pejorativo. Vejamos alguns exemplos. O termo *urbano* (e derivados) designa modos refinados de comportar-se, ao passo que *rústico*, (ligado a "rural") é o contrário. *Cortesia* deriva de *cortês*, aquele que vive na corte, enquanto que *vilão* (com sua *vilania*) é o que vive na vila. Uma parte da população é a *elite* (o *escol*), oposta à *ralé* à *plebe* ou ao *populacho*. Poderíamos aduzir ainda *pagão, gentio* e outros.

Alguém poderia argumentar que não seria possível as coisas serem de outra maneira, porque cada língua revela a visão de mundo de seus falantes. O problema é que os vícios contidos nas denominações frequentemente ficam velados. Por isso, de acordo com Fill (1993) é bom que sejam desvelados, a fim de que seus falantes fiquem conscientes do fato. O ideal seria redenominar (umbenennen) todos os fatos pejorativizados brevemente comentados acima, entre diversos outros. Mas, se isso não é possível, pelo menos que estejamos conscientes de que são preconceituosos e ajamos em conformidade. A ecolingüística propugna pelo pequeno, pelo mais fraco, pelo desprezado. O grande, o forte, e o privilegiado não precisam de defesa.

10. A Ecologia Fundamental da Língua

Por encarar a língua basicamente como um meio de comunicação, desde Couto (1998) venho relacionando-a com comunidade. Nesse contexto, fui levado a formular o modelo de comunidade antecipado acima na figura 1. Ele foi retomado em Couto (1999, 2000, 2002a, b; Couto & Silva 2001).

Esse modelo explicita o fato de que para que haja uma língua (L) é mister que haja uma população (P) que a forme e use. Essa população, por seu turno, só existe e subsiste em determinado espaço físico ou território (T). De tão intuitivo e simples, os estudiosos o têm ignorado, mas ele tem sido pressentido até mesmo por pesquisadores do passado. Por exemplo, Morgan (1878: 102, 112-121) afirmou, falando dos índios iroqueses, que "cada tribo era individualizada por um nome, um dialeto separado, um governo supremo e a posse de um território que ela ocupava e defendia como seus próprios". Como diz Tonneau (1934: 115), "o homem real não é uma entidade abstrata. Para conhecer a realidade de sua vida econômica, nós o estudaremos no meio concreto em que ela se desenrola. Com isso, deve-se levar em consideração o *meio natural*, a *população* e os *quadros institucionais*". Embora o autor estivesse falando em termos econômicos, o seu meio natural equivale a T, população a P e quadros institucionais a L. Isso é o todo que constitui a comunidade, ou a EFL.

Retornando à definição de ecologia vista na seção 2, o modelo da EFL atende perfeitamente a todos os seus requisitos. Primeiro, ela explicita o tipo de interrelação básica (L) que se dá entre os seres vivos de P, ou seja, entre p_1, p_2, \dots, p_n . Segundo, ela propõe que há relação entre os seres vivos de P e seu meio ambiente, tanto o orgânico quanto o inorgânico, no caso T. Trocado em miúdos, L não está imune ao meio ambiente físico e muito menos ao social. Afinal, o comportamento dos membros de P é em alto grau determinado por esse meio ambiente. Veja-se o exemplo dos melros apresentados por Wilson (1980: 27): eles se agrupam ou se dispersam em função do modo como o alimento está distribuído no espaço físico. A não ser que sejamos antropocêntricos exacerbados, podemos tirar daí importantes lições sobre o papel do meio ambiente físico no comportamento, aí incluído o comportamento lingüístico.

Há uma afinidade muito grande entre comunicação e comunidade nesse sentido que não é apenas etimológica. Com efeito, se dois indivíduos pertencem à mesma comunidade, estão espacialmente próximos, o que frequentemente estimula a interação. Além disso, compartilham uma grande quantidade de experiências com o meio ambiente (físico, social e psíquico), experiências que podem comunicar uns aos outros. Como mostrou Levinson (1983), quanto mais experiências compartilhadas houver, mais fácil será a comunicação entre emissor e receptor. Nessas condições, às vezes nem é necessário o uso da língua para que haja comunicação eficaz. O contrário também é verdadeiro. Se dois indivíduos pertencem a comunidades diferentes, portanto, estão espacialmente distantes um do outro, terão dificuldades em trocar atos de interação comunicativa (AIC) eficazes, mesmo que "falem a mesma língua", ou seja, que pertençam à mesma comunidade de língua, como definida logo abaixo.

Como esse modelo se insere em uma visão ecológica da língua, comunidade como aqui definida passou a ser chamada de Ecologia (Ecosistema) Fundamental da Língua (EFL). Dadas as concepções vistas nas seções anteriores, é inevitável que procuremos o ecossistema imediato de que a língua faz parte, que é exatamente a EFL. Essa idéia parece tão simples e óbvia que até se poderia pensar que não valeria a pena discuti-la. Por isso, gostaria de mostrar o que diz um prócer da visão não-social da língua. Para ele, "é importante que aprendamos a nos surpreender diante de coisas simples - por exemplo, pelo fato de os corpos caírem para baixo, não para cima, e de caírem a uma certa velocidade; pelo fato de que, se

empurrados sobre uma superfície plana, movem-se em linha reta, não em círculo, e assim por diante" (Chomsky 1988: 43).

Poder-se-ia alegar que há contra-argumentos à tese da EFL. Um deles teria a ver com o território, e seria representado pelos ciganos e os nômades em geral, que não teriam um T definido e fixo. Sobre os ciganos, deve ser dito que o T de sua EFL existe no centro norte da Índia. O problema é que eles saíram de lá há quase mil anos. Mais importante ainda, eles não têm mais a memória desse fato, não se lembram mais de que provêm de lá, o que não significa que não tenha provindo de lá. Nesse caso, a sua não é uma língua *prototípica* como o tupi, o tétum, o basco ou o alemão, por não atender plenamente aos pré-requisitos da EFL, ou seja, por ter se desvinculado do T original. Por isso, se encontra bastante alterada, e até anticrioulizada (Couto 2002a). Outros contra-argumentos seria a situação do hebraico, do esperanto (e similares) e da língua de sinais dos surdos. Por fim, contra a tese da EFL (comunidade) teríamos a comunidade da Internet, pulverizada pelo mundo inteiro. Para discutir essas questões, é necessário distinguir, no conceito de comunidade como EFL, entre comunidade de língua e comunidade de fala, distinção essa que remonta pelo menos a Saussure (cf. Couto 2003b).

Comunidade de língua (language community, Sprachgemeinschaft), doravante CL, é um conceito mais ou menos intuitivo. Ele abrange o domínio daquilo que denominamos, em linguagem comum, de "língua". Assim, a CL islandesa é extremamente simples, pois seu domínio se restringe à Islândia. O mesmo parece acontecer com a CL coreana e a japonesa. A CL alemã, por seu turno, já é mais complexa pois abrange, além da Alemanha, parte da Suíça, da França, da Checoslováquia, da Polônia, etc. O mesmo acontece, e até em maior grau, com as CL francesa, inglesa, portuguesa, espanhola, etc., faladas até em continentes distintos, e não apenas em territórios contíguos.

Comunidade de fala (speech community, Sprechgemeinschaft, Kommunikationsgemeinschaft), doravante CF, é mais complexa do que CL, portanto, bem mais difícil de ser caracterizada. Em primeiro lugar, só se pode falar em CF se há efetivamente uma população, por mais heterogênea que seja, convivendo em um mesmo território, com a consciência de que constitui uma unidade com identidade própria e uma vontade de mantê-la. É o caso da Guiné-Bissau que, apesar de ter mais de 16 línguas em um território de 36.136km², seus habitantes têm essa consciência. Além disso, há o crioulo que garante a unidade nacional.

É necessário também que haja uma certa continuidade territorial. Assim, a Guiana Francesa constitui uma CF distinta da França. Apesar de ambas pertencerem à mesma CL, constituem duas CF devido à separação física e - por que não? - à consciência dos guianenses de que sua comunidade é um todo distinto do todo que é a França, sob diversos pontos de vista. Vê-se, portanto, que CF existe em um território delimitado geográfica e politicamente, no seio do qual a interação tem que se dar de alguma maneira.

Outros dados da CF incluem um sistema escolar unificado, meios de comunicação de massa em nível nacional, uma moeda única, forças armadas, uma malha rodoviária e ferroviária coordenadas, etc. Tudo isso opõe a Suíça à França, apesar de uma parte do território suíço ser de língua francesa. Em suma, existem *CF simples*, monolíngües, como a islandesa, e *CF complexas*, multilíngües, como a suíça (Couto 1990, 1991, 1994). Efetivamente, a CF é uma "Kommunikationsgemeinschaft" (comunidade de comunicação), como o diz a expressão alemã. De acordo com o termo "fala" de inspiração saussureana, CF tem a ver com atos de interação efetivos, ou seja, ela é aquela comunidade que se caracteriza por uma interação comunicativa constante entre seus membros, quando não pelo fato de conviverem em um mesmo espaço. Do ponto de vista da comunicação, ela é efetivamente uma comunidade de fala, em que há constantes trocas de atos de fala entre os membros de P. Hoje a tecnologia permite a interação à distância, mas todos os casos são derivados da interação comunicativa por excelência, a interação face-a-face. A interação telefônica é derivada da verdadeira interação, ou seja, mediatizada. Desse ponto de vista, não seria uma interação comunicativa prototípica, mas atípica. A interação primordial é a que se dá face-a-face.

Voltemos aos pretensos contra-argumentos à tese da EFL. No caso específico do hebraico, seus falantes (P) tinham um T, mas o perderam na época da diáspora. Tentaram mater-se unidos via língua e religião. Acabaram perdendo a primeira, que só ficou nas escrituras e no conhecimento dos sábios e filólogos.

Chegaram a formar variedades mistas das línguas dos territórios hospedeiros, como o judeu-espanhol na Península Ibérica e o ídiche na Europa Central. Mas, sua pertinácia e apego à religião (cf. Sapir acima!) fez com que recompusessem a EFL (comunidade) original, a despeito dos problemas que isso possa ter acarretado para os palestinos. Hoje, Israel é a CL e a CF do hebraico. Em suma, o hebraico passara a ser uma língua atípica, mas readquiriu o caráter de língua prototípica.

No que tange ao esperanto, trata-se de uma *língua artificial*. Isso já diz tudo, uma vez que a EFL se refere a *línguas naturais*. Portanto, é uma situação extremamente atípica. Como sabemos, a ciência deve tratar primeiro das situações prototípicas para, só depois, verificar o que se passa com as atípicas. O P e o T a que o esperanto está associado se pulverizam por diversas partes do mundo. Se se pode falar em CF, ela seria constituída pelas associações, que existem em vários lugares do mundo, em cujas sedes os praticantes de esperanto interagem comunicativamente. No mesmo caso estaria a comunicação via Internet.

Por fim, poder-se-ia alegar que a língua de sinais dos surdos também contradiria a EFL, uma vez que não há um território específico para a população surda. Partamos de um caso concreto, a língua de sinais brasileira, às vezes chamada de LIBRAS. Na verdade, o conjunto de seus usuários (P) se dispersam por todo o Brasil, o que de fato dificulta a interação entre um surdo de Fortaleza e um de Porto Alegre. Por se pulverizar por todo o Brasil, a CL da LIBRAS é uma realidade virtual, abstrata (aliás, as demais CL também são abstratas). O que constitui comunidades concretas são as associações locais, onde os surdos se reúnem para interagir comunicativamente, contar piadas, brincar, enfim, praticar atos de fala efetivos, usar a língua comunalmente e, às vezes, teleologicamente. São essas associações que constituem as CF de LIBRAS. Isso significa que há mais de uma CF, como acontece com praticamente todas as línguas, embora as CF de LIBRAS sejam bastante semelhantes entre si. Para mais detalhes, pode-se consultar Couto (2003b).

Tudo na língua, inclusive sua gênese, tem a ver com a EFL. No caso das línguas crioulas e das demais línguas resultantes do contato, pessoas de línguas (e EFL) diferentes se vêem convivendo em um mesmo espaço (T), o que as força a interagirem entre si. Isso acaba levando à criação de uma comunidade de fala. Se essa convivência passar a ser uma comunhão e evoluir para atos de interação comunicativa, poderá cristalizar-se uma comunidade de língua ou, ecologicamente, uma comunidade clímax. Geneticamente, a língua vai da CF para a CL.

Até mesmo a linguagem de grupos se enquadra na EFL, uma vez que toda linguagem só existe em um grupo específico, e todo grupo só existe e subsiste em um contexto maior se tiver uma linguagem própria. As gírias e os jargões estão nesse caso, como o jargão médico, o policial, etc. Eles não têm um T específico e próprio como o tem a língua portuguesa. No entanto, só são usados no contexto hospitalar ou no policial, respectivamente. Por isso não são linguagens plenas, muito menos línguas prototípicas. No caso dos estudantes, há jargões e/ou gírias que só são inteligíveis no contexto de uma turma específica da escola. Com isso, estariam mais próximos dos requisitos da EFL. Os alunos são P, a gíria/jargão é o L e a sala de aula o T.

O espaço é de fundamental importância para o próprio surgimento do sistema da língua, uma vez que ele só emerge de tentativas de comunicação, de atos de fala, como Saussure já havia salientado. Para ele, "historicamente, o ato de fala vem sempre antes" (1973: 27). Portanto, o espaço é importante também para o próprio ato de interação comunicativa, inclusive em uma situação prototípica, ou seja, entre membros de uma comunidade consolidada. Com efeito, se falante e ouvinte não se encontram espacialmente próximos, geralmente um de frente para o outro, a interação comunicativa não se dá ou, pelo menos, não se dá tipicamente, a despeito das interações comunicativas derivadas, por meio de extensões do corpo, como dizia McLuhan (McLuhan & Fiore 1967). Um caso claro de influência do território (habitat) na língua é a presença de montanhas, rios ou florestas impenetráveis separando duas comunidades. É sabido também que povos que convivem com a neve, como os esquimós, têm mais termos para se referir a variedades dela do que os do deserto, que têm mais termos para se referir a variedades de areia. Isso é claramente mais uma prova da importância do meio ambiente físico para a língua. Por fim, temos o *Sprachbund*, como o conjunto de línguas balcânicas. A despeito de pertencerem a diversas famílias lingüísticas, a proximidade geográfica fez com que comportilhassem muitos traços.

A língua é um espelho da população que a formou e da sociedade que a usa, fato que se reflete sobretudo no vocabulário (V). Se P é próspero e domina uma alta tecnologia, L refletirá isso, o que incluiria a morfologia de formação de palavras (composição, derivação, etc.). O contrário também é verdadeiro. O mesmo acontece se P for originador de uma rica e sofisticada literatura e filosofia bem como de uma alta tecnologia. A consequência será um rico vocabulário para designar costumes e conceitos abstratos. O contrário também é verdadeiro. Se P tem uma economia apenas de subsistência mediante captação direta de alimento do meio ambiente, o V de sua língua não será o mais adequado para um tratado de filosofia, de física ou química. Isso não implica uma superioridade das línguas em que se pode escrever sobre esses assuntos, como se apressariam a concluir os racistas. Trata-se apenas de adequação. Elas seriam mais adequadas para a interação teleológica, mas as outras são as mais adequadas para a interação comunal. Do ponto de vista ecológico, biológico, não se pode falar em superioridade. Cada organismo tem seu lugar no mundo. Até mesmo o mártir da independência do país africano Guiné-Bissau, Amílcar Cabral, reconheceu isso (Cabral 1990).

P pode interagir em T, mudando o aspecto do meio ambiente: (i) preservando/poupando os recursos naturais; (ii) tentando ampliá-los, via tecnologia; (iii) criando um "built environment" (Preziosi 1979) que melhore a qualidade de vida sem danificar (prejudicar, degradar) o meio ambiente natural; (iv) produzindo artefatos para melhorar a vida. O contrário também sói acontecer. A intervenção na natureza pode ser predatória, degradando o meio ambiente. Tudo isso se reflete em L, sobretudo via V. Pode refletir-se também via discurso (oratura, literatura, padrões de fluência, consciência, etc.), fato que Sapir se esqueceu de mencionar. Hill (2001) discute a degradação dos diversos componentes da língua, fato conhecido na literatura linguística como morte de língua (glototânasia) e obsolescência linguística.

A relação que se dá entre L e seu meio ambiente (P, T) é uma relação de designação. Como se sabe, a parte essencial do léxico designa fenômenos (coisas, ações), idéias e qualidades, abreviadamente FEIQ, do meio ambiente (físico, psíquico e social). No entanto, nem tudo do meio ambiente físico, social ou psíquico recebe uma designação. Como já notara Sapir (1963), isso acontece só com os FEIQ que apresentem algum interesse para os membros da comunidade (P). Esse interesse faz com que se tornem visíveis e possam interpor-se entre p_x e p_y de P quando desejam interagir comunicativamente. A mera presença de um FEIQ pode levar a sua introdução e/ou percepção por um ou até por mais de um membro de C. Porém, se essa percepção não for compartilhada com outros membros dessa comunidade, permanecerá como mera percepção individual, ou seja, um *percepto*. O indivíduo pode identificar diversas plantas, pedras, montes (montanhas) etc. do meio ambiente, mas isso fica apenas com ele mesmo e sua memória, como percepto. Toda vez que passar perto desse fenômeno, pode vir-lhe à mente a idéia de que já viu aquilo várias vezes antes. Pode até tomar esse fenômeno como referência para se orientar espaço-temporalmente, mas continuará sendo individual.

No momento em que o indivíduo compartilhar sua percepção cristalizada em perceptos com outros indivíduos, terá início o processo da *conceptualização* que, etimologicamente, quer dizer exatamente "captar com", o que já é um princípio de socialização. Se isso se espalhar por toda C ou por uma maioria de seus indivíduos, surgirá a necessidade de denominá-lo, isto é, o FEIQ receberá um nome, lexicalizar-se-á. A denominação representa a entrada do FEIQ na língua, sob a forma de designatum. A esse processo se dá o nome de *lexicalização*, uma vez que representa o surgimento de mais uma entrada no léxico da língua para designar o FEIQ em questão. Sinteticamente, a entrada de novo item lexical na língua passa pelas seguintes etapas: (1) *percepção* (individual) > (2) *conceptualização* (social) > (3) *lexicalização* (linguística), como se pode ver em Bickerton (1981), que tem uma visão individual do fato.

O léxico começa na experiência sensorial do indivíduo. Para uma comunicação mais simples, apenas esse léxico é suficiente, como provam os jargões e pidgins instáveis que, se forem língua, são língua sem-gramática. A gramática (G) surge quando advém a necessidade de se comunicarem experiências (ou concepções) mais complexas aos outros indivíduos que estão próximos do falante em T. Logo, tudo em L surge da necessidade de interação comunicativa: V da interação de experiências simples; G da interação de experiências mais complexas. Tudo isso se dá no seio do Ecosistema Fundamental da Língua, ou seja, no seio da EFL.

11. Observações finais

O mais adequado seria chamar o L da figura 1 de *linguagem*, termo bem geral que inclui o como alguns membros de algumas das demais espécies de animais interagem entre si. Assim, haveria a linguagem das abelhas, a dos golfinhos, dos gorilas, etc. Mas, no caso, L refere-se apenas às linguagens humanas, que já são muitas. Uma delas, a mais importante, é a língua, uma vez que é ela que possibilita o armazenamento de conhecimento e a abertura de novos conhecimentos. Para as outras, pode-se consultar o inventário feito por Eco (1974:392-413). Em determinados grupos da comunidade (C), temos sub-comunidades (sub-C), como é o caso das línguas de sinais dos surdos. O L da figura 1 na verdade engloba também, uma vez que é uma linguagem humana natural, ou seja, é uma língua.

Enfatizemos a redefinição de língua já mencionada acima. Vimos que a ecologia se interessa não pelos seres dos domínios biótico e abiótico existentes em determinado território nem pelo próprio território, tomados em si mesmos. Isso cabe à biologia, à química, à física e a outras ciências. A ecologia está interessada é nas interações entre todos eles, em um domínio delimitado, ou seja, um ecossistema, cuja extensão é definida no recorte feito pelo investigador. Diante disso, podemos concluir que a definição ecológica de língua tem que encará-la no processo de interrelacionamento entre os membros de P. Portanto, podemos dizer que *língua é o como os membros de uma comunidade interagem entre si*. Porém, como há diversos outros meios de interação, inclusive a língua dos surdos, temos que defini-la do seguinte modo: *língua é o como os membros de uma comunidade interagem entre si verbalmente*. Esse modo de comunicação inclui o sistema, mas não apenas ele. Isso porque, como vimos na seção 10, o L da EFL representa o conjunto de todas as linguagens, existentes em uma comunidade, que unem os membros de P, orientando seu comportamento e possibilitando atos de interação comunicativa, com o que a língua deveria ser representada por l minúsculo, pois seria apenas uma das linguagens do conjunto-universo de linguagens que é L. Como disse (Fettes 1997: 301), por holandês entende-se todo um sistema ecológico de estratégias de comunicação enraizadas no tempo e no espaço, na história e no território.

É importante salientar que, como observa Mufwene (2001), a definição de língua dada no parágrafo anterior corresponde à visão que o leigo tem dela. Até a concepção etnocêntrica dos gregos está neste caso, uma vez que ela se refere ao como os não-gregos interagem oralmente. Em latim, não havia outro modo de se referir a ela. O equivalente de "falar latim" era *latine loqui*, ou seja, falar como os latinos.

A ecolinguística tem como modelo a ecologia, que tem a ver com a biologia. A biologia estuda a própria vida, base para o surgimento de qualquer linguagem. Numa época em que vemos todas as fontes de alimento e de água serem devastadas, é bom que inclusive lingüistas prestem atenção às bases para a existência da própria vida. Sem elas, não haverá água, plantas nem animais, aí incluído o ser humano. Sem ele, não haverá linguagem para os lingüistas estudar. Sequer haverá lingüistas. Mas, não é apenas por isso que eles deveriam levar a sério uma visão ecológica da linguagem.

Ela superaria a dicotomia inatismo *versus* interacionismo. Para a gramática gerativa, a língua é um produto da faculdade da linguagem, apanágio da espécie humana, ou seja, um dom biológico transmitido hereditariamente. A ecolinguística, ao contrário, enfatiza a interação mas, pelo fato de ser ecológica, é parte da biologia, portanto, inclui algum tipo de programa biológico para a linguagem. A diferença é que para uma visão ecolinguística, esse programa é produto da interação ao longo de milênios. Inclui o dado biológico sem reducionismo, como mostrou Bickerton (1981, 1990). Diante disso, talvez o termo mais adequado para um estudo ecológico da língua seja *ecológico-interacional*, como sugeri em Couto (2002b). De qualquer forma, a ecolinguística é uma interdisciplina, ou multidisciplina, uma vez que para praticá-la são necessários conhecimentos de biologia (que inclui a ecologia), de sociologia e de outras disciplinas, dependendo do recorte que o investigador faça nos fatos lingüísticos que pretende estudar.

Bibliografia

- Amirova, T. A., B. A. Ol'chovikov & Ju. V. Roždestvenskij. 1980. *Abriss der Geschichte der Linguistik*. Leipzig: VEB Bibliographisches Institut.
- Bakhtin, Mikhail. 1981. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2ª ed.
- Bastardas i Boada, Albert. 1996. *Ecologia de les llengües: medi, contactes i dinamica sociolinguística*. Barcelona: Proa.

- _____. 2002. Política lingüística mundial a l'era de la globalització: diversitat i intercomunicació des de la perspectiva de la 'complexitat'. *Noves SL: Sociolingüística internacional*. Disponível em: http://www.cultura.gencat.es/llengcat/noves/hm02estiu/metodologia/bastardas9_9.htm
- Bickerton, Derek. 1990. *Language and species*. Chicago: Chicago University Press.
- Bolinger, Dwight. 1980. *Language, the loaded weapon: The use and abuse of language today*. Londres: Longman.
- Bundsgaard, Jeppe & Sune Steffensen. 2002. The dialectics of ecological morphology - or the morphology of dialectics. In: <http://www.jeppe.bundsgaard.net/artikler/sprog/dialecticalecomorph.php4>
- Cabral, Amílcar. 1990. A questão da língua. *Papia* 1,1.59-60.
- Cáccamo, Celso Álvarez. 1994. Da biolingüística à ecolingüística: um câmbio de paradigma. *A trabe de ouro* 18.205-212.
- Calvet, Louis-Jean. 1998. Les langues de Saint-Barthélemy: approche écolinguistique. *Plurilinguismes* 15.
- _____. 1999. De l'extension des termes "créole" e "pidgin" à certaines formes véhiculaires. Une critique du point de vue de l'écologie linguistique. Comunicação lida no IX^o. colloque international des études créoles. Aix-en-Provence, 24-29/6/1999.
- Catton, Riley & Riley Dunlap. 1978. Environmental sociology. *Annual review of sociology* 13.465-488.
- _____. 1980. A new ecological paradigm for post-exuberant paradigm. *American behavioral scientist* 24,1.15-47.
- Chomsky, Noam. 1988. *Language and problems of knowledge: The Managua lectures*. Cambridge: The MIT Press.
- Couto, Hildo Honório do. 1990. Le créole de Guinée-Bissau et ses relations avec le portugais et les langues nationales. *Études créoles* XIII,1.35-44.
- _____. 1991. Unidade versus diversidade lingüística na Guiné-Bissau. *Papia* 1,2.42-48.
- _____. 1994. *O crioulo português da Guiné-Bissau*. Hamburgo: Helmut Busch Verlag.
- _____. 1995. A comunicação homem-animal numa fazenda de Minas Gerais. *Cadernos de linguagem e sociedade* 1,1.40-48.
- _____. 1996. *Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins*. Brasília: Editora da UnB.
- _____. 1998. The place of place in creole genesis. Com. lida na Society for Pidgin and Creole languages, New York, janeiro de 1998.
- _____. 1999. *Contato interlingüístico: da interação à gramática*. www.unb.br/il/let/crioul/contacto.htm
- _____. 2000. Multilingüismo e contato de línguas. *Gragoatá* 9.29-43.
- _____. 2002a. *Anticrioulo: manifestação lingüística de resistência cultural*. Brasília: Thesaurus Editora.
- _____. 2002b. Aquisição de L1 por Aninha: uma visão ecológico-interacional. *Revista planalto: lingüística* 1.6-54.
- _____. 2003a. A prefixação no crioulo guineense: desfazendo e refazendo ações. *Revista de estudos da linguagem* 11,1.71-94.
- _____. 2003b. Sobre o conceito de comunidade de surdos. Com. lida no Simpósio Internacional: Do gesto à escrita no contexto bilingue de educação da pessoa surda. Universidade de Lisboa, 2/5/2003.
- _____. & Silva, Denise Elena G. da. 2001. Repetição e reduplicação em língua franca. *Papia* 11.18-26.
- Denison, Norman. 1982. A linguistic ecology for Europe? In: Fill & Mühlhäusler (orgs.): 75-83.
- Eco, Umberto. 1974. *A estrutura ausente*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2a. ed.
- Eibl-Eibesfeldt, I. & W. Wickler (1968). Ethology. *International encyclopedia of the social Sciences* 5.186-193.
- Fettes, Mark. 1999. Critical realism and ecological psychology: Foundations for a naturalist theory of language acquisition. Com. lida no Ecology of Language Acquisition Workshop, Universidade de Amsterdam, 11-15/1/1999. Disponível em: <http://infoweb.magi.com/~mfettes/critical.html>
- _____. 1997. Stabilizing what? An ecological approach to language renewal. Com. lida no Fourth Stabilizing Indigenous Languages Symposium, Flagstaff, Arizona, 2-3/5/1997. Disponível em: <http://esperantic.org/~mfettes/SIL.htm>
- Fill, Alwin. 1993. *Ökologistik*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.

- Fill, Alwin. (org.) 1996. *Sprachökologie und Ökolinquistik*. Tübingen: Stauffenburg.
- _____. & Mühlhäusler, P. (orgs.) 2001. *The ecolinguistics reader: a selection of articles on language, ecology and environment*. Londres: Continuum Publishing Group.
- _____. 2000. Language and ecology: ecolinguistic perspective for 2000 and beyond. *AILA review* 14,60-75.
- _____. 2001. Ecolinguistics: State of the art 1998. In: Fill & Mühlhäusler (orgs.): 43-53.
- Haarmann, Harald. 1980. *Multilinguismus 2. Elemente einer Sprachökologie*. Tübingen: Narr.
- Hagège, Claude. 1985. *L'homme de paroles. Contribution linguistique aux sciences humaines*. Paris: Arthème Fayard.
- Haugen, Einar. 1972. The ecology of language. *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press: 325-339.
- _____. 1979. Language ecology and the case of Faroese. In: M. A. Jazayery et al. (orgs.) *Linguistic and literary studies in honor of Archibald A. Hill*. Haia: Mouton, p. 243-257.
- Heimann, Eduard. 1971. *História das doutrinas econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Hill, Jane A. 2001. Dimensions of attrition in language death. In: Maffi (org.): 175-189 (2001b).
- Holm, John. 1988/9. *Pidgins and creoles*, 2 vols.. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hymes, Dell. (org.) 1971. *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lang, Alfred. 1993. Non-Cartesian artefacts in dwelling activities - steps towards a semiotic ecology. *Schweizerische Zeitschrift für Psychologie* 52,2,138-147.
- Leroy, Maurice. 1974. *As grandes correntes da lingüística*. São Paulo: Editora Cultrix, 3a. ed.
- Lévesque, Carole. 1996. La nature culturelle. *Anthropologie et sociétés* 20,3. Disponível em: www.fss.ulaval.ca/ant/revuant.html
- Levinson, Stephen C. 1983. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lovelock, James. 1979. *Gaia: a new look at life on earth*. Oxford: Oxford University Press.
- Lyons, John. 1977. *Semantics*. Cambridge: The University of Cambridge Press, 2 vols.
- Mackey, William. 1979. Toward an ecology of language contact. In: Mackey & J. Ornstein (orgs.) *Sociolinguistic studies in language contact: Methods and cases*, p. 453-459.
- _____. 1980. The ecology of language shift. In: Nelde, P. (org.) *Sprachkontakt und Sprachkonflikt*. Wiesbaden: Franz Steiner Verlag, p. 35-41. Também em Fill & Mühlhäusler (orgs.): 67-74.
- Maffi, Luisa. 2001a. Language, knowledge, and indigenous heritage rights. In: Maffi (org.): 412-432.
- _____. (org.) 2001b. *On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- Makkai, Adam. 1976. Toward an ecological dictionary of English. In: *The second LACUS Forum*. Columbia, SC: Hornbeam Press: 52-59.
- _____. 1993. *Ecolinguistics: Towards a new **paradigm** for the science of language?* Londres/N. York: Pinter Publisher.
- Margulis, Lynn & Dorion Sagan (orgs.) 1997. *Slanted truths: Essays on Gaia, symbiosis, and evolution*. New York: Copernicus Springer-Verlag.
- Marx, Karl. 1970. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: From, Erich. *O conceito marxista do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- McLuhan, Marshall & Quentin Fiore. 1967. *The medium is the message: An inventory of effects*. New York: Bantam Books.
- Morgan, Lweis H. 1878. *Ancient society*. New York: Henry Holt and Company.
- Mufwene, Salikoko. 1996. The Founder Principle in creole genesis. *Dichronica* XIII,1,83-134.
- _____. 2001. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mühlhäusler, Peter. 1995. Pidgins, creoles and linguistic ecologies. In: Baker, Philip (org.) *From contact to creole and beyond*. Londres: University of Westminster Press: 235-250.
- _____. 1996. *Linguistic ecology*. Londres: Routledge.
- _____. 1998. Layer upon layer of languages. *Journal of pidgin and creole languages* 13,1,151-158.

- _____. 2000. Ecology of languages. *Current issues in language planning* 1,3.306-307. Disponível também em: <http://cilp.arts.usyd.edu.au/Themes/CILP-LEcology.html>
- _____. 2001. Ecolinguistics, linguistic diversity, ecological diversity. In: Maffi (org.): 133-144.
- Naess, Arne. 1989. *Ecology, community and lifestyle*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Neves, Walter. 1996. *Antropologia ecológica*. São Paulo: Cortez Editora.
- Nöth, Winfried. 1998. Ecosemiotics. *Sign systems studies* 26.332-343 (cf. www.ut.ee/SOSE/noeth.htm)
- Piaget, Jean. 1964. *Six études de psychologie*. Genebra: Editions Gonthier.
- Pilisuk, Marc & Melanie Tardella. 2000. Ecological psychology and humanistic psychology. In: Schneider, Kirk J., James F. T. Bugental & Jean F. Pierson (orgs.) *Handbook of humanistic psychology*. Sage Publications.
- Preziosi, Donald. 1979. *The semiotics of the built environment*. Bloomington: Indiana University Press.
- Rossi, Gianluca. 2001/2002. Tesi di laurea in sociologia sulla Caffarella, Università delli Studi di Roma "La Sapienza". Disponível em: www.romacivita.net/tarcafa/tesi/desi.htm
- Samarin, William J. 1971. Salient and substantive pidginization. In: Hymes (org.): 117-140.
- Sapir, Edward. 1963. Language and environment. *Selected writings*, 89-103. Berkeley: University [trad. port.: "Lingügem e ambiente", in: Sapir 1969. *A lingüística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, p. 43-62]. Também em Fill & Mühlhäusler (orgs.): 13-23.
- Sartre, Jean-Paul. 1966. Texto em Sartre, Garaudy, Hyppolite, Vigier & Orcel. *Marxismo e existencialismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Saussure, Ferdinand de. 1973. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 5ª edição brasileira.
- Schaff, Adam. 1974. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Schleicher, August. 1848. *Zur vergleichenden Sprachgeschichte*. Bonn: H. B. König.
- Schnaiberg, Allan. 1975. Social synthesis of the societal-environmental dialectic: The role of distributional impacts. *Social science quarterly* 56.5-20.
- Sebeok, Thomas. 1973. Estruturas zoo-semióticas. *Revista de cultura Vozes* 67,5.11-22.
- _____. 2002. La comunicazione non verbale. In: <http://unibo.it/parol/files/sebsok.htm>
- Skutnabb-Kangas, Tove. 2001. Linguistic human rights in education for language maintenance. In: Maffi (org.): 397-411.
- Slama-Cazacu, Tatiana. 1961. *Langage et contexte*. Haia: Mouton.
- Tag, Stan. 1994. Four ways of looking at ecocriticism. In: 1994 Western Literature Association Meeting, Salt Lake City, Utah, 6/10/1994. Ver <http://www.asle.umn.edu/archive/intro/intro.html>
- Terralingua. s/d. <http://www.terralingua.org>
- Tonneau, J. 1934. Sociologie économique. In: A. Lemonnyer et al. *Précis de sociologie*. Marselha: Editions Publiroc: 93-147.
- Tosel, André. 1982. Reflet. In: Labica, Georges (org.) *Dictionnaire critique du marxisme*. Paris: Presses Universitaires de France, p. 766-768.
- Trampe, Wilhelm. 1990. *Ökologische Linguistik: Grundlagen einer ökologischen Wissenschafts- und Sprachtheorie*. Opladen:
- Whinnom, Keith. 1971. Linguistic hybridization and the 'special case' of pidgins and creoles. In: Hymes (org.): 91-115.
- Wiesinger, Peter. 1973. Die deutschen Sprachinseln in Mitteleuropa. *Lexicon der germanistischen Linguistik*, 367-377. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Wilson, Edward O. 1980. *Sociobiology*. Cambridge: The Belknap Press (abridged edition).

* * * * *

[Este artigo é de 2002. Ele esteve disponível no site do IESPLAN - Faculdades Planalto, Brasília, por algum tempo, mas, inesperadamente saiu do ar]